

UNISINOS – UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL MESTRADO

FERNANDA MOSSELINE JOSENDE COAN

**O CAMPO DE ESTUDOS SOBRE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS
NOS PERIÓDICOS BRASILEIROS**

SÃO LEOPOLDO

2011

Fernanda Mosseline Josende Coan

**O CAMPO DE ESTUDOS SOBRE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS
NOS PERIÓDICOS BRASILEIROS**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre em Ciências
Sociais, pelo Programa de Pós-graduação em
Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio
dos Sinos

Orientador: Prof. Dr. Jorge Renato de S.
Verschoore

São Leopoldo

2011

Ficha Catalográfica

C652c Coan, Fernanda Mosseline Josende
**O campo de estudos sobre arranjos produtivos locais nos
periódicos brasileiros/ por Fernanda Mosseline Josende Coan. – 2011.**

87 f. : il. ; 30cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos,
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, RS,
2011.

“Orientação: Prof. Dr. Jorge Renato de S. Verschoore, Ciências
Humanas”.

1. Desenvolvimento econômico. 2. Arranjos produtivos locais. 3.
Economia regional. 4. Meta-análise. 5. Periódicos brasileiros. I. Título.

CDU 338.1

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Camila Quaresma Martins - CRB 2/1376

Dedico este trabalho a minha família, de maneira especial, a meu marido, Ronaldo; a meus filhos, Matheus e Isabelle; a meus irmãos, Silvana e Rodrigo, e a meus pais, João Luiz e Maria Luiza.

AGRADECIMENTOS

Existem situações, na vida, em que é fundamental poder contar com o apoio e a ajuda de alguém. Para concluir este trabalho contei com muitas pessoas. E, a estas pessoas, presto os meus mais sinceros agradecimentos:

Às Irmãs do Imaculado Coração de Maria, Congregação Bárbara Maix, Ir. Gema, Ir. Joana, Ir. Nilsa, Ir. Alice, Ir. Marlise, Ir. Luiza, e, de forma muito especial, a Ir. Adriana Coan, pela constante atenção e pelo carinho dispensado.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Jorge Verschoore pela dedicação.

Aos meus queridos Prof. Dr. José Rogério Lopes e Prof. Dr. Luiz Inácio Gaiger.

Ao Prof. Doutorando Felipe Vasquez, pelo empenho em contribuir com o seu conhecimento.

A aeromoça, simpática e socióloga Poly, obrigada por tanta atenção e carinho.

As Maristelas de minha vida: a Maris, secretária do PPGCS, obrigada pelo carinho e pelo respeito, e Telinha, minha revisora, obrigada pelo tempo dispensado para contribuir com este trabalho.

A UNEMAT, a FAPEMAT e a UNISINOS, pela oportunidade.

“Nossa missão é grande e, por isso, necessitamos de grandes virtudes, um coração magnânimo, grande fé esperança e amor, todas as virtudes no mais alto grau.”

Bárbara Maix

RESUMO

A acirrada competitividade oriunda do mercado internacional leva as empresas à busca de estratégias para permanecerem no mercado, neste contexto, o arranjo produtivo local é um fenômeno que lhes possibilita obterem maior competitividade. Contudo, a produção científica brasileira sobre arranjos produtivos locais necessita de uma compilação. Por isso, este trabalho teve como objetivo a identificação e a análise da produção científica sobre arranjos produtivos locais, publicada nos periódicos científicos de administração, economia e ciências sociais do Brasil, na década 2001-2010. Entende-se que este objetivo é relevante, pois, através dele, foi possível conhecer o cenário dos arranjos produtivos locais. Para a realização do estudo, foi efetuada uma meta-análise, em 57 artigos, de 22 revistas, utilizando-se de parâmetros como a identificação da abordagem adotada nos artigos, do perfil metodológico mais adotado, da origem das bibliografias utilizadas, da e frequência de uso das categorias pré selecionadas. Além disso, foi efetuada uma análise de conteúdo dos artigos pré-selecionados, foi realizada a análise da contribuição de cada artigo a partir de sete categorias e finalizou-se com a elaboração de uma agenda para estudos futuros. Entre os resultados, destaca-se a harmonia entre o conteúdo contido na literatura e nos artigos, a evolução e a variedade de assuntos ligados ao tema, a constante utilização de publicações internacionais e a predominância do empirismo nos artigos com aplicação em 83 Apls brasileiros.

Palavras-Chave: Arranjos Produtivos Locais. Meta-análise. Periódicos Brasileiros

ABSTRACT

The aggressive competition originated in the international market has led companies to seek for strategies to stay on the market; therefore, in such a scenario, cluster has emerged as a phenomenon which enables companies to achieve greater competitiveness. However, a compilation to carry out a study on the Brazilian scientific production on local productive arrangements has been made necessary. Thus, this study aims to analyze the scientific production in Clusters which were published on scientific journals of management, economics and social sciences in Brazil, from 2001 to 2010. It has been understood that this goal is proved relevant because, through it, we become familiar with the landscape of local productive arrangements which will enable an advancement of the theory of Cluster. to carry out this study, a meta-analysis in 57 articles extracted from 22 magazines was performed, by making use of parameters such as the identification of the frequency of approaches adopted in the articles, the origin of the used bibliographies, the most used authors frequency and their works, in as much as the frequency of pre-selected categories. Besides, content analysis of those pre-selected articles was carried out, plus the analyses of contribution of each article from seven categories ending with the creation of an agenda for future study. Among the results, we highlight the harmony between the content in the literature as well as in the articles, the evolution and the variety of subjects connected with the theme, the frequent used of international publications and the predominance of empiric articles applicable into 83 Brazilian Clusters.

Key-words: Cluster. Meta-analysis. Brazilian Journals.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACI – Aliança Cooperativa Internacional
- APL – Arranjo Produtivo Local
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CNI – Confederação Nacional da Indústria
- IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
- MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Esquema Lógico de Meta-análise	40
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Perfil metodológico da produção científica analisada.....	46
Gráfico 2. Metodologia Empregada	47
Gráfico 3. Origem das bibliografias	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Esquema conceitual de análise.....	34
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Relação de revistas selecionadas	42
Tabela 2. Artigos publicados por revista entre 2001 e 2010	44
Tabela 3. Quantidade de categoria por revista anual.....	50
Tabela 4. Contribuição da Revista de Administração Mackenzie.....	72
Tabela 5. Contribuição da Revista de Economia / Anpec	72
Tabela 6. Contribuição de Cadernos Ebape.....	72
Tabela 7. Contribuição da Revista de Administração Contemporânea (Online)	72
Tabela 8. Contribuição da Revista Ensaios FEE	73
Tabela 9. Contribuição da Revista Estudos Econômicos	74
Tabela 10. Contribuição da Revista Nova Economia.....	74
Tabela 11. Contribuição da Revista Produção.....	74
Tabela 12. Contribuição da Revista Gestão e Produção.....	75
Tabela 13. Contribuição da Revista de Economia Contemporânea	75
Tabela 14. Contribuição da Revista de Administração Eletrônica (Online)	75
Tabela 15. Contribuição da Revista de Economia e Sociologia Rural.....	76
Tabela 16. Contribuição da Revista São Paulo em Perspectiva	76
Tabela 17. Contribuição da Revista de Administração Pública	76
Tabela 18. Contribuição da Revista de Administração	77
Tabela 19. Contribuição da Revista Organização e Sociedade	77
Tabela 20. Contribuição da Revista Interações	77
Tabela 21. Contribuição da Revista de Administração Eletrônica (Impressa).....	78
Tabela 22. Contribuição da Revista Economia Aplicada	78
Tabela 23. Contribuição da Revista Eletrônica de Administração – REAd.....	78
Tabela 24. Contribuição da Revista Economia e Sociedade	79
Tabela 25. Contribuição da Revista Perspectivas em Ciências da Informação.....	79

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 PROBLEMÁTICA EXPLORADA.....	16
1.2 OBJETIVOS.....	17
1.2.1 Objetivo geral.....	17
1.2.2 Objetivos específicos.....	17
1.3 JUSTIFICATIVA.....	17
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	18
2 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	19
2.1 ORIGEM E EVOLUÇÃO DA IDEIA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	19
2.2 DEFINIÇÕES DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	22
2.3 CARACTERÍSTICAS DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	24
3 CATEGORIAS DE ANÁLISE DOS ESTUDOS DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS.....	26
3.1 COMPETIÇÃO	26
3.2 INOVAÇÃO.....	27
3.3 COOPERAÇÃO	28
3.4 GANHOS	29
3.5 GOVERNANÇA	30
3.6 POLÍTICAS PÚBLICAS	31
3.7 DESENVOLVIMENTO LOCAL	33
4 METODOLOGIA.....	35
4.1 MÉTODO.....	36
4.2 FASES E ETAPAS DA PESQUISA.....	37

	14
4.3 COLETA DE DADOS	38
4.4 ANÁLISE DOS DADOS	39
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	41
5.1 ANÁLISE POR TERMOS	41
5.1.1 Identificação das revistas selecionadas	41
5.1.2 Identificação dos artigos	43
5.1.3 Abordagem dos artigos	45
5.1.4 Metodologia empregada.....	46
5.1.5 Natureza da bibliografia utilizada	47
5.1.6 Maiores publicadores entre os artigos	48
5.2 ANÁLISE POR CATEGORIAS	49
5.2.1 Competição.....	51
5.2.2 Inovação.....	52
5.2.3 Cooperação.....	54
5.2.4 Ganhos	55
5.2.5 Governança	56
5.2.6 Políticas Públicas	57
5.2.7 Desenvolvimento Local	58
5.3 AGENDA DE PESQUISA.....	60
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	63
APÊNDICE A – FICHA DE ANÁLISE DE ARTIGO	71
APÊNDICE B – TABELAS DE CONTRIBUIÇÃO POR REVISTAS.....	72
ANEXO A – LISTA QUALIS DA ÁREA DA ADMINISTRAÇÃO	80
ANEXO B – LISTA QUALIS DA ÁREA DE ECONOMIA	83
ANEXO C – LISTA QUALIS DA ÁREA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	84

1 INTRODUÇÃO

Diante da internacionalização econômica de cenário competitivo, advindo de uma nova forma de capitalismo, existe uma busca das empresas pela permanência no mercado. Assim, uma questão organizacional decisiva, neste início do século XXI, passou a ser a compatibilização das empresas nacionais com as de padrões internacionais, sem necessariamente arcar com os investimentos na estrutura da empresa e para isso, são necessárias estratégias que deem suporte às empresas. Condicionados a essa realidade de competitividade no mundo dos negócios, dois fenômenos acabaram se destacando no cenário organizacional. O primeiro deles deu-se com a ascensão do capitalismo de alianças, que disseminou a ideia de cooperação entre organização e estimulou a geração de arranjos colaborativos. O segundo fenômeno levou à formação de sistemas integrados e flexíveis de produção, e desenvolvimento tecnológico (BALESTRIN e VERSCHOORE, 2008).

Em ambos os fenômenos pode-se salientar a colaboração como uma das opções mais adequadas para as empresas lidarem com as atuais exigências do mercado. A partir desta colaboração, aparecem as primeiras estruturas de organização, considerando-se como um exemplo de estrutura que se encaixa nessa forma de organização o Arranjo Produtivo Local (APL), que é visto como um mecanismo de integração entre empresas, que se aproximam territorialmente de maneira espontânea, com o objetivo de fornecer matéria-prima, serviços especializados e produtos, de forma que, entre elas, se estabeleça uma inter-relação empresarial. Também é possível verificar, nesta inter-relação, a presença de instituições de pesquisa, associações e órgãos reguladores. Portanto, o APL é considerado uma alternativa para o desenvolvimento e a continuidade das empresas e possui, como característica, a utilização de ação estratégica, que “supre um anseio da maioria das empresas, ou pelo menos de seus gestores, que é a execução de ações que proporcionem benefícios em um tempo relativamente curto e superando diversas das restrições existentes no mercado” (ROSEMBERG, 1976, p. 123).

O presente estudo centra-se em APL, uma nomenclatura que abrange muitos significados, contudo, o seu ponto essencial é a concentração geográfica e setorial das empresas, como meio de lograr eficiência coletiva, que é definida como a vantagem competitiva derivada de economias externas locais e ação conjunta (SCHMITZ, 1997). Ao ser verificada a literatura sobre APL, observa-se uma pluralidade de obras, o que explicita ser

esta uma oportunidade de compilá-las e indicar parâmetros de abordagem que elas contenham, com vistas a enriquecer o campo de estudos em pauta.

1.1 PROBLEMÁTICA EXPLORADA

Os APLs começaram a ser estudados ainda no século XIX, com Alfred Marshall, contudo, somente na década de 90 do século seguinte é que teve início o seu aprofundamento científico no Brasil. O que começou como uma possibilidade de negócio para as empresas, naquela década, foi um tempo de avidez por alternativas de promoção e fomento do desenvolvimento econômico, (ZACARELLI *et al*, 2008), passando a ser visto como uma estratégia de negócios. Esta aceleração dos estudos ocorreu devido à relevância deste fenômeno e por seu papel fundamental no desenvolvimento econômico, social e tecnológico de uma região. Um APL beneficia a todas as empresas e engaja, ao seu redor, comunidades locais, centros de tecnologia e pesquisa, instituições de ensino e entidades públicas e privadas (STAINSACK, 2005).

Reconhecida a importância do APL, este passou a ser foco de diversos estudos que o abordaram sob distintos aspectos. Hoje, verifica-se que não há consenso em relação aos conceitos utilizados para defini-lo, além de estar faltando uma integração teórica da literatura a seu respeito, constatando-se diversas perspectivas teóricas que conferem dificuldades no progresso do conhecimento do fenômeno.

Nesse contexto, o objeto deste estudo é a análise das publicações científicas sobre APLs no Brasil, tendo como objeto empírico as próprias publicações. A partir desse foco, este trabalho aborda o seguinte problema de pesquisa: **como se caracteriza o campo de estudos sobre Arranjos Produtivos Locais nos periódicos científicos do Brasil?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a produção científica sobre Arranjos Produtivos Locais publicada nos periódicos científicos brasileiros de administração, economia e ciências sociais, na década 2001-2010.

1.2.2 Objetivos específicos

1. Analisar as publicações científicas nacionais recentes sobre APLs;
2. Compreender as características abordadas nos artigos à luz da literatura científica;
3. Demonstrar as contribuições dadas pelos estudos sobre APLs selecionados à teoria das ciências sociais aplicadas;
4. Identificar lacunas no campo de estudos.

1.3 JUSTIFICATIVA

Na expectativa de alcançar a competitividade do ambiente econômico, oriunda da internacionalização, as empresas procuram colaborar entre si e, a partir dessa colaboração, aparecem as primeiras estruturas de organização, entre elas, os APLs. Neste sentido, toda a produção científica que faça proliferar essa dinâmica para o mundo dos negócios, é relevante. Assim, o presente estudo justifica-se por contribuir para o campo teórico, uma vez que sistematiza a produção científica sobre Arranjos Produtivos Locais. Por meio do estudo, foram criados subsídios para este campo de pesquisa, possibilitando consultas mais eficientes, facilitando estudos futuros sobre o tema, apontando caminhos e temas para novos estudos, reduzindo trabalhos repetitivos.

O estudo contribuiu da mesma forma para o campo das políticas públicas, tendo em vista que facilitará o acesso a estudos realizados sobre APLs, podendo ser o ponto de partida para a

elaboração de novas e eficientes políticas. Justifica-se também por promover a divulgação dos APLs e a reprodução dessa dinâmica no mundo dos negócios, o que poderá gerar mudanças de paradigmas e, por consequência, alteração da trajetória de empresas, visto que existem situações em que as empresas necessitam de suficiente base conceitual e teórica, assim como metodologia testada sobre o fenômeno ou cabedal de experiências de sucesso e, com base, nestes estudos, podem projetar novos rumos ou fazer correção de metas, objetivos.

Além disso, existe uma contribuição para a mestranda, que atua como professora pesquisadora na Universidade do Estado de Mato Grosso, a qual tem parcerias de estudo com o Sebrae e com a Secretaria de Indústria e Comércio do município de Sinop, em projetos que estudam opções de negócios para as pequenas empresas, logo, são fundamentais os conhecimentos específicos sobre possibilidades para as empresas diante do mercado competitivo, e o APL, conforme Cassiolato e Lastres (2003), é considerado o mais eficaz para empresas de médio e pequeno porte.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Este estudo foi dividido em seis capítulos, além da introdução que é o capítulo um, encontra-se no capítulo dois, uma revisão bibliográfica sobre Arranjos Produtivos Locais, destacando-se a origem e a evolução da ideia de APL, definições de APL e suas características. No capítulo três, apresentam-se as categorias de análise de conteúdo de artigos sobre APLs criadas a partir das principais características encontradas na literatura, cujas mais comumente citadas são competição, inovação, cooperação, ganhos, governança, políticas públicas e desenvolvimento local. No capítulo quatro, está a metodologia da pesquisa, os métodos utilizados e a composição do cenário da pesquisa. No capítulo cinco, denominado análise dos resultados, inicialmente, expõe-se a análise por termos, com a identificação e a qualificação das revistas, a abordagem e o perfil metodológico da produção científica, a identificação da origem das publicações e dos autores mais expressivos. Em seguida, tem-se a análise por categorias, primeiramente, com uma identificação das revistas que utilizaram as categorias, e após, valendo-se do uso das categorias, procedeu-se a uma análise de conteúdo dos artigos à luz da literatura científica nacional e agenda de pesquisa para APL, concluindo a dissertação com as contribuições dadas pelos artigos analisados em apêndice, identificando cada artigo selecionado, por revista e autor que o publicou e, finalmente, à guisa de conclusão, encerra-se com as considerações finais.

2 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Para dar conta da teorização sobre APLs, pretende-se, inicialmente, focar a sua origem e a evolução, a partir dos fundamentos de Marshall e na sequência, apresentam-se as definições de APLs e de fenômenos que se assemelham a ele. Finaliza-se com as considerações sobre as características de APLs, que, posteriormente, serão tratadas como categorias, na análise de conteúdo proposta.

2.1 ORIGEM E EVOLUÇÃO DA IDEIA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

O surgimento dos estudos sobre APLs aconteceu no século XIX, quando Marshall (1882) observou um agrupamento de empresas da Grã-Bretanha e procurou identificar as vantagens desfrutadas pelas empresas daquele pequeno grupo. Marshall, em seus *Princípios de economia*, publicados em 1890, incluiu discussões sobre as vantagens das empresas estarem aglomeradas em certas localidades. Ele já afirmava que as pequenas empresas teriam um papel importante na economia se estivessem reunidas junto a uma grande indústria, pois atuariam em atividades auxiliares, além de estar compartilhando o conhecimento gerado na localidade.

Para Marshall (1882, p. 234),

são tais as vantagens que as pessoas que seguem uma mesma profissão especializada obtêm de uma vizinhança próxima, que desde que uma indústria escolha uma localidade para se fixar, aí permanece por longo espaço de tempo. Os segredos da profissão deixam de ser segredos, e, por assim dizer, ficam soltos no ar, de modo que as crianças absorvem inconscientemente grande número deles (...) Se um lança uma idéia nova, ela é imediatamente adotada por outros, que a combinam com sugestões próprias e, assim, essa idéia se torna uma fonte de outras idéias novas. Acabam por surgir, nas proximidades desse local, atividades subsidiárias que fornecem à indústria principal instrumentos e matérias-primas, organizam seu comércio e, por muitos meios, lhe proporcionam economia de material.

Becattini (*apud* VAZQUEZ, 2007), ao analisar distritos industriais italianos, verifica que existe um processo de simbiose entre a atividade produtiva e a vida comunitária. Constata, assim, um sistema com visões e valores culturais homogêneos que pode favorecer o surgimento de novos empreendimentos ligados ao distrito e à introdução de mudanças técnicas. As interações oriundas dessas estruturas informais de instituições proporcionam uma ampla redução dos custos, pois as

ações cooperativas e estratégicas passam a ser suportadas pela identidade cultural, pela tradição e pela confiança mútua dos agentes, o que resulta em ações cooperativas. Ainda no que diz respeito ao século XIX, pode-se afirmar que, nos distritos industriais, as pequenas e médias empresas desenvolviam, com frequência, novas tecnologias, mas não passavam a ser grandes empresas (POWEL, 1990), porque tinham a opção de manterem-se agrupadas e a tecnologia criada era compartilhada nos APLs.

Durante o século XX, também ocorreram estudos a respeito das vantagens aos participantes desses arranjos. Na década de 70, as pesquisas consolidaram-se com o relato de experiências, como a ocorrida nas regiões italianas da Emilia Romagna, da Toscana, entre outras, que formam o núcleo conhecido como Terceira Itália (PUTNAM, 2006), tornando-se “casos emblemáticos por exibirem elevado crescimento econômico, tendo como base um modo particular de organizar a produção” (COSTA, 2005, p. 2).

Naquela região, aconteceu uma transformação, na organização industrial local, com base nas pequenas empresas, como é o caso da comercialização da batata de Bologna, produto cultivado naquela região desde o início de 1600. Contudo, foi, na década de 80 e 90, do século XX, que a batata afirmou-se do ponto de vista produtivo e da comercialização, com a valorização do produto assegurada pela qualidade em todo o processo, do primeiro manuseio até a distribuição, em função do agrupamento (CASAROTTO e PIRES, 1999).

Para Cocco et al. (1999, p. 255), esta experiência italiana:

[...] é apropriada, pois a mesma região tradicionalmente pobre e que sofreu grande devastação na Segunda Guerra, se transformou numa das regiões mais prósperas da Europa, tendo os melhores índices de renda per capita, menor índice de desemprego, melhor taxa de emprego industrial [...] É sem sombra de dúvida o mais forte modelo de desenvolvimento econômico e social do pós-guerra. Essa transformação está baseada nos distritos industriais formados por pequenas e médias empresas.

Putnam (1996), em sua pesquisa sobre as divisões do governo da Itália, também contribuiu para a disseminação da experiência italiana, e destaca a comunidade cívica, bem como as relações de confiança mútua e cooperação que, nela, existem. “Diz-se que as associações civis contribuem para a eficácia e a estabilidade do governo democrático, não só por causa de seus efeitos ‘internos’ sobre o indivíduo, mas também por causa de seus efeitos ‘externos’ sobre a sociedade” (PUTNAM, 1996, p. 103).

Autores contemporâneos como Balestrin e Verschoore (2008) afirmam que as peculiaridades de organizações produtivas, como a da Itália, tornam-nas muito semelhante à organização distrital da indústria inglesa, que Marshall estudou no final do século XIX,

permitindo uma analogia entre os dois distritos. Na visão marshalliana, um dos maiores benefícios do agrupamento de empresas é a geração de externalidades que afeta positivamente a produção dessas organizações nos distritos.

No Brasil, como exemplo de APL, tem-se o caso do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, que nasceu em 1924, com o início da colonização alemã naquela região. Nesse APL, segundo Schmitz (2002), houve a transição de um centro de produção voltado ao mercado regional para o mercado nacional e a transição de produtores para exportadores (no final dos anos 60 e início anos 70), além de surgir a capacidade de responder à ameaça chinesa (surgida nos anos 90). Outro exemplo de APL brasileiro, já consolidado, é o APL formado pelos fornecedores da Fiat, em Minas Gerais. Naquele Estado, foi instalada a fábrica da Fiat, em 1974, com o apoio do governo do Estado, contudo, os benefícios dados pelo Estado expandiam-se a outras empresas que viessem a se instalar na localidade, formando, desse modo, o APL (SANTOS, CROCCO e SIMÕES, 2003).

Porém, ao comparar estes arranjos, verifica-se que possuem características que os diferenciam. O arranjo do Vale dos Sinos foi formado por empresas de portes similares que buscavam a união como meio de sobrevivência, e o APL da Fiat, desde o início, contou com o fomento dado pelo Governo do Estado de Minas Gerais, além disso, ele difere, pois, em sua estrutura, tem-se uma empresa líder, e os demais integrantes do APL são empresas menores que se instalaram na localidade para fornecer produtos e serviços a ela. O elemento comum entre os casos citados, além da presença das pequenas e médias empresas, é a existência de um forte grau de interação e sinergia das empresas entre si e destas com o cotidiano da vida local, criando externalidades positivas que compensam a falta de escala das empresas, se consideradas isoladamente, consoante a Confederação Nacional da Indústria – CNI (1998).

Além desses dois casos citados, têm-se vários outros APLs reconhecidos. Um APL poderá ser formado de maneira planejada ou não, no entanto, a maior dificuldade será dar consciência a seus integrantes de que realmente fazem parte dele. Em suma, mesmo apresentando benefícios por ali se localizar e comercializar, muitos empresários dizem desconhecer fazer parte do arranjo produtivo. Esse desconhecimento pode ser explicado pelo fato de que as teorias sobre APLs só terem sido reconhecidas na década de 90, momento em que se registrou grave crise mundial, o que levou à valorização de ideias como APL. Porter (1990), por exemplo, trouxe entre várias afirmações, a ideia de *cluster*, para definir os Arranjos Territoriais e conseguiu disseminar as suas teorias em função de já ter reconhecimento sobre trabalhos anteriores, o que aumentou a credibilidade de sua obra sobre APL.

Na década de 90 do século XIX, quando os estudos sobre APL no Brasil tiveram maior

destaque, as instituições acadêmicas e o governo já davam atenção aos APLs, por meio da execução de estudos sobre o tema de políticas públicas que acelerassem o crescimento dos APLs, focando, em especial, as pequenas e médias empresas, devido à sua relevância na economia. Mas foi somente em 2004 que o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC criou um grupo de trabalho permanente para ATP-APL. Em 2005, foram catalogados 142 APLs em todo o Brasil, que se encontravam nos mais diversos segmentos, MDIC (2006).

2.2 DEFINIÇÕES DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

A definição de APL, após décadas de estudos que o abordam, ainda se encontra difusa, pois são muitas as definições e as divergências na literatura. Aparecem como APLs, aglomerados de empresas, agrupamentos de empresas, distritos industriais articulados, os sistemas produtivos locais, as cooperativas, as alianças de empresas, as parcerias de empresas, entre outras nomenclaturas, conforme assinalam Casarotto e Amato (2007), Oliveira e Candido (2009), Cassiolato e Lastres (2003).

Os termos APL, aglomerado, agrupamento, distrito e sistema, foram, no caso do presente estudo, selecionados por afinidade conceitual, após elaboração de proposta analítica. Por esta razão, serão discutidas algumas das definições mais habitualmente utilizadas para estas nomenclaturas. Primeiramente, o agrupamento como sendo uma aglomeração de empresas localizadas num determinado espaço que desenvolvem as suas atividades de forma articulada e com uma lógica econômica comum, conforme o define a Confederação Nacional da Indústria - CNI (1998). Já o aglomerado, de acordo com Porter (2009, p.213), “é um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas, e instituições correlatas em determinada área, vinculadas por elementos comuns e complementares.” O Sistema Produtivo Local pode ser definido como uma região fortemente estruturada, em que existe um ou mais *clusters*, com um planejamento territorial com alta interação público-privada, com respeito à cultura e com o objetivo de assegurar a qualidade de vida dos habitantes. Além disso, tem-se a noção de território na medida em que se constitui um tecido articulado e coordenado de empresas de mesma especificidade econômica, em que as proximidades econômicas facilitam a conexão com outros lugares e criam relações externas positivas (LE BOURLEGAT apud LASTRES e CASSIOLATO, 2006).

Definidos alguns termos semelhantes a APL, expõe-se, neste ponto, uma definição de

APL dada pelo SEBRAE (2010), o qual o explica como uma aglomeração de empresas que possuem uma mesma especificidade produtiva e localizam-se em um mesmo espaço geográfico. Essa definição leva ao entendimento de que, em APLs, têm-se empresas de um dado setor que se aglomeram em um determinado território. Também Amato Neto (2000) traz afirmação semelhante para APL, ao afirmar que esse arranjo é formado apenas quando ambos os aspectos, setorial e geográfico, estão presentes e expressa, da mesma maneira, que estas concentrações, normalmente, são dependentes da fabricação de um único produto. Essas duas definições são corroboradas pela Confederação Nacional da Indústria (1998) ao firmar que um APL, numa referência geográfica, é uma aglomeração de empresas localizada em local delimitado que desenvolve as suas atividades de forma articulada e com uma lógica econômica comum.

Conceituações similares, mas não idênticas, podem ser encontradas nos estudos de Porter (2009) e Zacarelli *et. al.* (2008), que consideram ser APL um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas de determinado setor, porém extrapolam ao afirmarem que esta inter-relação ocorre também com as instituições correlatas. Porter (2009), em especial, argumenta que os APLs são concentrações geográficas de empresas inter-relacionadas, de fornecedores especializados, de prestadores de serviços, de empresas de setores correlatos e de outras instituições específicas (universidades, órgãos de normatização e associações comerciais), que competem, mas também cooperam entre si. Assim como, Lastres e Cassiolato (1999), explicam Arranjos Produtivos Locais como aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados no mesmo território e operando em atividades correlatas. Dentre tais agentes, figuram empresas produtoras de bens e serviços, fornecedores, clientes, associações de classe, instituições públicas e privadas que constroem vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizado, os quais resultam em capacitações produtivas e inovadoras. Por fim, Benko e Lipietz (1994, p. 20) definem distrito como “uma entidade sócio-territorial caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas num determinado espaço geográfico e histórico.”

A partir da contribuição destes autores, nesta dissertação APL é definido como um aglomerado de empresas, concentradas geograficamente, com atividades desenvolvidas de forma ligada e com relações com instituições correlatas. Após as devidas conceituações, destaca-se que, nesta dissertação, em função de aglomerados, agrupamentos, SPL, distrito, serem semelhantes e suas exposições tratem de tentativas para definir um só fenômeno será adotada a terminologia APL, que está em voga e é o termo mais utilizado entre os vários estudiosos citados (LASTRES e CASSIOLLATO, 2006).

Diante desta escolha pelo termo APL, é necessário diferenciá-lo de alguns outros

fenômenos, como Redes de Cooperação que, muitas vezes, são dadas como sinônimo de APL, no entanto, no presente estudo, considera-se que as redes possuem atributos que a distinguem de APL, como a importância dada a aspectos institucionais, às atividades colaborativas entre seus participantes, à interação determinada por um projeto coletivo e à ideia de governança, a qual estrutura institucionalmente as relações estabelecidas. Desse modo, entender-se-á que, além de um processo restrito de cooperação entre organizações, estará em curso uma rede de cooperação quando for possível observar uma forma de governança que garanta uma estrutura institucional às relações entre as organizações, em conformidade com Hastenreiter (2005, p. 29).

Percebe-se, também, que Aliança entre empresas diferencia-se de APL, pois trata-se de acordo cooperativo voluntário entre empresas, envolvendo a troca, o compartilhamento e o desenvolvimento conjunto de produtos e /ou serviços, podendo incluir contribuições de capital, tecnologia ou outros recursos e capacidades específicos, sentencia Gulati (1998). Há diferença também entre a lógica de APL e a lógica de cooperativas, haja vista que as cooperativas são associações autônomas de pessoas unidas voluntariamente para prosseguirem as suas necessidades e aspirações comuns, quer sejam econômicas, quer sejam sociais, quer sejam culturais, através de uma empresa comum democraticamente controlada, sem almejar a lucratividade da entidade. Conforme a Aliança Cooperativa Internacional – ACI, os APLs são aglomerações de empresas que possuem a lógica das empresas capitalistas.

2.3 CARACTERÍSTICAS DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

As características de um APL são largamente discutidas pelos pesquisadores das ciências sociais aplicadas e, dependendo da área em que o profissional estuda, demonstra preocupação diferenciada pelo fenômeno. Assim sendo, por exemplo, aquele das ciências econômicas preocupa-se mais com o aspecto econômico, já o das ciências sociais foca a sua atenção nos aspectos sociais, indicando que este fato poderá diferenciar também as características destacadas por eles.

Primeiramente, pode-se ressaltar as características que estimulam a criação de APLs, como o acesso a fornecedores, os sistemas de informações especializados, o acesso equivalente a instituições e bens públicos, o estímulo à inovação pela competição, a melhoria de motivação e do desempenho das empresas participantes (KLIEMANN e HANSEN *apud* HANSEN e OLIVEIRA, 2009).

Para ser considerado um APL, conforme Cassiolato *et al.* (2003, p.3), deve-se ter

[...] número significativo de empresas; especialização em certas atividades produtivas; oferta de mão-de-obra local qualificada e especializada; correlação vertical e horizontal no interior da cadeia produtiva; vinculação do sistema produtivo local para o exterior, tanto para escoar a produção quanto para os novos desenvolvimentos tecnológicos; interdependência forte entre empresas e demais agentes; existência de comunidade e forte identidade local ou regional que favoreçam cooperação, solidariedade e reciprocidade; presença de instituições locais comunitárias e públicas capazes de compreender e sustentar o sistema e de promover seu desenvolvimento, favorecendo a inovação.

Santos, Crocco e Simões (2003) afirmam que em aglomerações produtivas e distritos industriais como APLs com alguns aspectos, em maior e menor escala se fazem presentes: (a) forte cooperação entre os agentes; (b) identidade sociocultural; (c) ambiente institucional; (d) atmosfera industrial; (e) apoio das autoridades locais; (f) existência de instituições de coordenação; (g) índice de sobrevivência de empresas elevado; (h) dinamismo e competitividade industrial; (i) fatores locacionais favoráveis (recursos naturais, recursos humanos, logística, infraestrutura); (j) fortes ligações econômicas entre os agentes.

Stainsack (2005) pondera que as principais características de um APL são: a interação, a cooperação, a especialização produtiva, o território definido e o sistema de governança. Como se vê, a autora não atenta a outras características, como a confiança, o capital social, a inovação, as políticas públicas etc. Contudo, na tentativa de se fazer uma descrição das características de forma consensual, pode-se citar a cooperação, a inovação, a governança, a competição, os ganhos, a política pública e o desenvolvimento local como principais características constantemente destacadas pelos estudiosos consultados, as quais estão destacadas no capítulo seguinte.

3 CATEGORIAS DE ANÁLISE DOS ESTUDOS DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Como já fora mencionado neste estudo, a partir de características mais comumente encontradas, foram estabelecidas então as categorias para análise comparativa das características abordadas nos artigos selecionados à luz da literatura científica.

3.1 COMPETIÇÃO

A competição é uma atitude natural da vida, é a busca dos indivíduos, de forma concomitante, por um só objetivo. Portanto, a competição é uma das forças mais poderosas da sociedade em muitas áreas do empreendimento humano, sublinha Porter (2009).

A competição, na atualidade, encontra-se difusa, podendo ser encontrada entre países às voltas com a globalização, entre organizações sociais em busca das necessidades da comunidade ou entre empresas na disputa pelo mercado, de acordo com Porter (2009). No âmbito empresarial, a competição está ligada à capacidade de concorrer e, por isso, pode ser medida pela aptidão da empresa criar e implementar estratégias concorrenciais, que lhe permita ampliar ou conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado (FERRAZ; KUPFER; HAGUENAUER, 1996).

Para Porter (2009, p.227), os APLs influenciam a competição de três maneiras amplas:

primeiro, pelo aumento da produtividade das empresas ou setores componentes; segundo, pelo fortalecimento da capacidade de inovação e, em consequência, pela elevação da produtividade; terceiro, pelo estímulo à formação de novas empresas, que reforçam a inovação e ampliam o APL. Muitas destas vantagens decorrem de economias externas às empresas ou dos “extravasamentos” ou efeitos colaterais de vários tipos entre empresas e setores.

Para Cassiolato et al. (apud RODRIGUES, 2007), o elemento fundamental da competição no APL, está no conceito de rivalidade entre as empresas, pois a rivalidade funciona como estimulador da competitividade, muito embora a cooperação entre agentes ao longo da cadeia produtiva passe a ser cada vez mais presente. Vasquez (2007) afirma que há uma grande disputa no mercado, inclusive, dentro dos próprios APLs, onde algumas firmas

concorrem pelos mercados finais e outras pelos mercados intermediários que ofertam partes de produtos e que terceirizam a produção. Entretanto, para o entendimento desta dinâmica de competição em APLs é fundamental o estabelecimento de estratégias competitivas, para a superação de barreiras comerciais, para a preservação de condições socioambientais satisfatórias e para o direcionamento de novos investimentos (SOUZA, 2006).

A base da competitividade e do dinamismo das empresas em qualquer arranjo produtivo reflete as especificidades locais dos ambientes onde se inserem, estando fortemente associada a atividades e capacitações ao longo do APL, Vazquez (2007). Pois a competitividade das empresas depende de criações locais de conhecimento e aprendizado coletivo.

3.2 INOVAÇÃO

Inovação é a criação e a complementação de uma nova ideia, que pode estar relacionada a uma inovação tecnológica, inovação de processos ou inovação administrativa, assim sendo, uma vez que a ideia seja percebida como original e traga uma mudança inédita aos atores envolvidos, ela constitui uma inovação (COOPER e ARGYRIS, 2003). Dessa forma, para a inovação acontecer, é necessário que haja a capacitação humana, pois a inovação acontece, principalmente, em empresas que têm pessoas qualificadas e, com isso, aparece a necessidade de um bom capital social, uma vez que é imprescindível que o aprendizado seja interativo dentro do APL. Nesse sentido, entende-se inovação no ângulo que a valoriza como processo social, tendo em vista que já se sabe que a inovação está associada às relações baseadas em confiança e ativos sociais acumulados (ZAWISLAK; RUFFONI; VIEIRA, 2002).

Uma boa política de inovação fortalece a empresa para obtenção de melhor desempenho e para o alcance de objetivos, como o aumento do crescimento, o aumento do nível de emprego e o aumento da sustentabilidade. Nos APLs, a ideia não é a de que a tecnologia tenha que ser produzida localmente, embora isso ajude, o que é tão essencial para as pequenas empresas é o fato de que os equipamentos, as peças sobressalentes e as oficinas de conserto estejam disponíveis no local. Todavia, a tecnologia pode ser produzida fora e introduzida para dentro do arranjo, de modo que o importante, de fato, é inovar (SCHMITZ, 1989).

Essas tecnologias são oriundas da inclusão de conhecimento em bens e serviços; as pequenas e médias empresas dificilmente teriam acesso a essas tecnologias se estivessem fora do

arranjo, atuando isoladamente. Além disso, para que se tenha um bom sistema setorial de inovação e produção, é necessário conhecimento, atores e redes e instituições com a inclusão de normas, rotinas, práticas comuns, como agente de ação (MALERBA, 2002).

3.3 COOPERAÇÃO

O ato de cooperar, segundo Marx (*apud* CATTANI *et. al.*, 2009), é uma forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos. O autor também salienta que a cooperação não se manifesta como forma histórica especial da cooperação, mas o faz como forma histórica peculiar do processo de produção capitalista, ou seja, para Marx, a cooperação não era involuntária, mas tinha o capitalismo como organizador.

Paralelamente, Marshall (1982) assegura que o surgimento da cooperação no âmbito dos distritos industriais dava-se de forma espontânea, em função das mútuas vantagens auferidas aos participantes. Markusen (1995, p. 19) afirma que contribuições mais recentes, decorrentes das pesquisas sobre a experiência italiana e sobre outros casos similares na Europa e nos Estados Unidos, indicam que há esforços de cooperação conjunta entre os atores locais, inclusive na dimensão das construções institucionais, melhorando também a competitividade desses distritos. Tais afirmações demonstram que, seja a cooperação voluntária ou involuntária, é realmente valioso o ato de cooperar. Além disso, pode-se ver que a cooperação está ligada às ideias de ajuda mútua de se contribuir para o bem-estar de alguém ou de uma coletividade (CATTANI *et. al.*, 2009).

A cooperação entre empresas surge, pois, como estratégia de gestão. Conforme Balestrin e Verschoore (2008), a cooperação emerge como consequência de agentes individuais buscando satisfazer aos próprios interesses; isto é, as empresas colaboram entre si através de um intercâmbio sistemático de informações produtivas, tecnológicas e mercadológicas (com clientes, fornecedores, concorrentes e outros).

Esse intercâmbio envolve interação de vários tipos, entre empresas e outras organizações, por meio de programas comuns de treinamento, eventos, feiras, cursos, seminários, entre outros. Também ocorre pela integração de competências, por meio da realização de projetos conjuntos, incluindo desde melhoria de produtos e processos até o desenvolvimento e a pesquisa propriamente dita entre empresas (CASSIOLATO e LASTRES, 2003).

A cooperação entre agentes, na economia, decorre da necessidade de coordenação de recursos e informações, os quais são separados no curso do processo de especialização do trabalho e que, junto com a mudança tecnológica, são as fontes básicas do crescimento econômico. Porém, a cooperação requer que as empresas encontrem-se estabelecidas em um enraizamento no local onde os agentes compartilhem histórias, normas e valores comuns, facilitando o desenvolvimento do capital social e funcionando como um anteparo, um controle, a comportamentos oportunistas ou mal-intencionados (PIORE *apud* COSTA e COSTA, 2005).

De acordo com a necessidade que gera cooperação nos APL, são identificados alguns tipos de cooperação, (CASSIOLATO *et.al.*, 2003, p. 9):

A cooperação produtiva, visando a obtenção de economias de escala e de escopo, a melhoria dos índices de qualidade e produtividade; e a cooperação inovativa, que resulta na diminuição de riscos, custos, tempo e, principalmente, no aprendizado interativo, dinamizando o potencial de criação de capacitações produtivas e inovativas.

Por isso, pode se dizer que cooperação é uma característica chave dentro de um APL, pois ela proporciona uma troca de conhecimento entre as empresas. Além disso, com a cooperação, o individualismo é abandonado, passa-se a ter maior resistência às adversidades do mundo dos negócios e se aceita que o concorrente seja seu parceiro.

3.4 GANHOS

Os ganhos estão associados a vantagens adquiridas e, aqui, neste estudo, são tratados como uma característica de APLs, porque, em toda a literatura consultada, não foi encontrado se quer um autor que não trouxesse os ganhos como algo buscado ao estar situado em um APL.

Estes ganhos advindos de APLs são definidos como sendo a apropriação dos benefícios e vantagens provenientes deste APL. Afinal, estar em um aglomerado estável é poder partilhar de uma só identidade cultural local e de uma capacitação industrial compartilhada; é gozar de um conjunto especializado de serviços adequados às atividades locais (MARKUSEN, 1995).

Marshal (1982) já notava que as aproximações entre as indústrias traziam diversos benefícios, por meio da economia de escala, e que essa economia não dependia somente do tamanho da empresa individualmente, mas, sobretudo, da produção de forma global. A afirmação de Marshal vem ao encontro do pensamento contemporâneo de Schmitz e Nadvi (1999), quando

eles afirmam que o processo de formação de *clusters* facilita a mobilização de recursos financeiros e humanos, reduz riscos de etapas de investimentos, cria suporte para as firmas e facilita o fortalecimento de pequenas empresas, além de obter ganhos de eficiência a partir do APL.

Um APL proporcionará à empresa a possibilidade de se nivelar à concorrência. Esse nivelamento, para Pérez (2001), torna-se demasiadamente difícil de alcançar se a empresa estiver fora do arranjo, pois as tecnologias, apesar de acontecerem de forma rápida, chegam de forma lenta às pequenas empresas fora dos aglomerados, haja vista que, para a empresa ficar atualizada, demanda elevado investimento. As novas tecnologias, por exemplo, são referências para a criação de novos produtos, processos e sistemas tecnológicos, que transformam as condições fundamentais de trabalho, evidenciando-se os ganhos que uma pequena empresa terá por estar em um arranjo.

Pode-se destacar ainda autores como Porter (2009) que também traz alguns ganhos que as empresas têm ao fazer parte de um APL. Segundo o autor, ganha-se com: 1) acesso a insumos e pessoal especializado; 2) acesso a informações técnicas, de mercado e sobre áreas especializadas que se acumulam dentro do arranjo, nas empresas e em outras instituições locais; 3) complementaridades, isto é, pela facilitação das complementaridades entre as atividades dos diferentes participantes; 4) acesso a instituições e a bens públicos o que reduz o dispêndio; 5) incentivos e avaliação de desempenho, ou seja, os arranjos ajudam a resolver ou atenuar certos problemas de atuação das empresas, e facilita a avaliação de desempenho dentro delas, por meio de dados para comparação de empresas similares.

3.5 GOVERNANÇA

Governar é sinônimo de comandar e governança, segundo Cruz (2006), é o regime pelo qual o Estado, organizações privadas e sociedade civil, em diferentes formas de atuação conjunta e autorregulação, governam o interesse geral, objetivando o bem-estar social da comunidade na qual estão inseridos.

Antes de tratar sobre a governança focada em APLs, deve-se ter claro que a governança estará presente somente naqueles arranjos que vão além da busca dos benefícios da proximidade e desenvolvem ações em conjunto, almejando a eficiência coletiva (SCHMITZ e NADVI, 1999), isto é, estes APLs, quando formados com objetivo de ir além das vantagens locacionais,

normalmente, estão fazendo negociações em conjunto, criando centros tecnológicos de uso comum e instituindo marcas de denominação local e, para isso, precisam de uma estrutura de governança.

A governança em APLs para Lastres e Cassiolato (2011, p. 12) “diz respeito aos diferentes modos de coordenação, intervenção e participação, nos processos de decisão locais, dos diferentes agentes e das diversas atividades que envolvem a organização dos fluxos de produção, assim como o processo de disseminação e uso de conhecimentos.” De acordo com a sua hierarquia de relações entre as empresas, terá uma forma de governança específica, podendo ser oriunda de uma iniciativa coletiva ou com a liderança de uma ou mais empresas do APL sobre as demais (HUMPHREY e SCHMITZ, 2000, p. 4). No entanto, há vários tipos de governança e elas diferenciam-se conforme a estrutura seria exercida. A governança em APLs é um processo de barganha entre empresas participantes do arranjo ou entre os gestores destas empresas, cada um considerando os benefícios de fazer parte da cooperação e, com isso, atingir os seus objetivos individuais, (WEGNER e PADULA, 2010). Ao mesmo tempo, a governança de APLs é uma governança em parceria entre seus integrantes que, normalmente, lhes traz algumas mudanças como a redução da hierarquia, o aumento das discussões dos objetivos em comum, o fortalecimento da importância de cada ator no processo, suas responsabilidades e competências, além do aumento do nível de confiança e redução do oportunismo, contribuindo para o bom relacionamento interorganizacional. Entretanto, apesar da governança ter um esforço para se obter sinergia entre e dentro das organizações, não consegue garantir o desaparecimento de todas tensões que ocorrem dentro do APL.

3.6 POLÍTICAS PÚBLICAS

Para se tratar de políticas públicas, de início, é preciso defini-la como o resultado de uma decisão tomada sobre alternativas de políticas para atender a uma determinada demanda. Por esse entendimento, percebe-se que a relação entre estado e sociedade civil, quanto às demandas, passa necessariamente pelo sistema político (RUA apud RABELO, 2004).

As políticas públicas, segundo Guareschi *et. al.*, (2004, p. 280) são:

Um conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada problemática, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público ou para-público.

O setor público, muitas vezes, é mencionado tão somente como um facilitador para os empresários que querem, ou necessitam, trabalhar unidos. Além disso, é por meio do estado que os aglomerados podem encontrar algumas vantagens competitivas. As políticas industriais, por exemplo, são essencialmente orientadas a construir uma rede de relações que permitam a consolidação de mecanismos de integração entre os atores, viabilizando a evolução de um sistema produtivo baseado no mútuo conhecimento, em consonância com Casarotto e Pires (1999, p. 96).

As políticas públicas são, em geral, focadas nas especificidades das regiões, objetivando eliminar problemas que impeçam o seu desenvolvimento. Os governos podem agir como indutores do processo, promovendo a ideia, indicando caminhos a trilhar e fazendo-se mediadores dos conflitos, é o que assinalam Balestrin e Verschoore (2008). Uma das contribuições pode ser a regulação de importações e exportações, por exemplo, pois a ampla comercialização, nesse nível, pode ser o diferencial nos negócios do arranjo, bem como a instalação de certas restrições na importação, que poderão estimular a economia local.

Entretanto, tradicionalmente as políticas de incentivo e os programas de apoio ao desenvolvimento e à competitividade industrial são distribuídos de forma genérica a regiões ou a setores, tratando aglomerados e segmentos produtivos como um bloco homogêneo e integral.

As políticas de desenvolvimento representam um mecanismo utilizado para geração da competitividade local, dentro de um amplo processo de reestruturação produtiva (CANDIDO, 2002). Porém, algumas vezes, as iniciativas locais são reprimidas por um processo centralizado de tomada de decisão em que os governos locais não têm autonomia ou dependem de verbas do governo central, pois dispõem de pouca extensão financeira, inibindo, assim, uma abordagem empreendedora local. Sob esta ótica, é pouco provável que se crie, neste ambiente, um entorno institucional cooperativo, coibindo o próprio desenvolvimento local (SCHMITZ, 1989).

3.7 DESENVOLVIMENTO LOCAL

O desenvolvimento localizado é um processo endógeno, registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos, capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população, registra Buarque (1999). Mesmo com a globalização ocorrida nas últimas décadas do século passado, a territorialidade não foi relegada ao segundo plano, pois a globalização, conforme Giddens (1991, p.52),

É a intensificação das relações sociais em escala mundial que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a milhas de distância e vice-versa. Este é um processo dialético, pois tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção anversa às relações muito distantes que os modelam.

Porém, em se tratando da economia, apesar de estar globalizada, o que se observa é que a sua composição é por economias locais e as suas próprias relações, o que leva ao desenvolvimento. É o que afirma Buarque (1999, p. 9), ao expressar que:

Apesar de constituir um movimento de forte conteúdo interno, o desenvolvimento local está inserido em uma realidade mais ampla e complexa, com a qual interage e da qual recebe influências e pressões positivas e negativas. Dentro das condições contemporâneas de globalização e intenso processo de transformação, o desenvolvimento local representa também alguma forma de integração econômica com o contexto regional e nacional.

Pode-se identificar um esforço das sociedades regionais para configurar e sustentar o seu projeto de desenvolvimento, asseveram Casarotto e Pires (1999). Porter (2009, p.250), por sua vez, anota que “para uma localidade se tornar mais competitiva, desenvolva a capacidade local de melhorar produtos e processos e, uma última instância, promova a inovação, é fundamental que gradualmente, desenvolvam os arranjos produtivos locais”. Todavia, para que este processo seja consistente e sustentável, o desenvolvimento dos arranjos deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e a competitividade da economia local, ampliando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais (BUARQUE, 1999), afinal a ampliação e o aprofundamento bem-sucedido dos arranjos produtivos locais são essenciais para o êxito do processo de desenvolvimento econômico (PORTER, 2009).

O desenvolvimento local está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto, grifa Buarque (1999, p. 10). Uma das formas de proporcionar o desenvolvimento é estimulando a criação de APLs, porque o ambiente institucional erigido pelos atores sociais impinge à configuração econômico-espacial um caráter cooperativo e o alto grau de imersão social (Granovetter, 2007) faz da vocação produtiva local, enraizada historicamente, um trampolim para o desenvolvimento.

Os APLs apresentam-se, assim, como caminhos para o desenvolvimento baseado em atividades que levam à expansão da renda, do emprego e da inovação, trabalhando, paralelamente, estratégias de aprendizagem coletiva direcionadas à inovação e ao crescimento, assentado em capacidades locais (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, 2006). Por isso, costuma-se afirmar que o desenvolvimento local provém de uma agenda local e do potencial encontrado nas instituições locais, dos indivíduos e das associações e uma das formas de gerir esse desenvolvimento faz-se por meio de políticas públicas.

No quadro 1(um), apresenta-se a moldura de análise dos artigos sobre APLs nas publicações brasileiras, são mostradas as categorias competição, inovação, cooperação, ganhos, governança, políticas públicas e desenvolvimento local, com suas devidas definições, bem como são apresentadas as referências adotadas para cada uma das categorias.

Quadro 1. Esquema conceitual de análise

Categorias de análise	Definições	Principais autores
Competição	Habilidade ou talento da empresa de criar e implementar estratégias concorrenciais.	- Casarotto e Pires (1999) - Zaccarelli <i>et al.</i> (2008) - Porter (2009)
Inovação	Processo pelo qual as empresas adquirem conhecimento, e criam e implementam uma nova ideia.	- Cario <i>et al.</i> (2002) - Zawislak, <i>et al.</i> (2002) - Cassiolato <i>et al.</i> (2003)
Cooperação	A prática de se trabalhar juntos, de se preocupar e se ajudar mutuamente.	- Costa e Costa (2005) - Cattani <i>et al.</i> (2009)
Ganhos	Apropriação de benefícios e vantagens advindas do aglomerado.	- Marshal (1982) - Markusen (1990) - Schmitz e Nadvi (1999) - Porter (2009)
Governança	Diz respeito aos diferentes modos de coordenação, interação e participação, nos processos de decisão locais, dos diferentes agentes.	- Schmitz e Nadvi (1999) - Suzigan, Garcia e Furtado (2007)
Políticas Públicas	Resultado de decisões políticas voltadas para a garantia de determinadas demandas, de maneira a qualificar compromisso público, que visa a dar conta de determinada problemática.	- Castilhos (2002) - Guareschi <i>et al.</i> (2004) - Cattani <i>et al.</i> (2009)
Desenvolvimento Local	Processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos, que advém de uma agenda local e do potencial encontrado nas instituições, dos indivíduos e das associações.	- Buarque (1999) - Cattani <i>et al.</i> (2009) - Porter (2009)

Fonte: Elaborado pela autora

4 METODOLOGIA

A metodologia, por ser o procedimento ou a forma de atuação de uma pesquisa, traz consigo as técnicas responsáveis por fornecer uma maior fonte de informação sobre o desdobrar da pesquisa (THUMS, 2003). Nesta dissertação, optou-se pela pesquisa exploratória e descritiva, considerando-a exploratória, porque há, nela, uma necessidade de conhecimento mais profundo sobre o tema. Beuren (2006) explica que a pesquisa exploratória normalmente ocorre quando há pouco conhecimento sobre a temática a ser abordada. Por meio do estudo exploratório, busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa. A opção pela pesquisa descritiva deu-se pelo fato deste estudo ter como objetivo básico descrever as características de determinada população ou fenômeno e estabelecer possíveis relações entre variáveis, Gil (2002).

Quanto ao procedimento adotado, a pesquisa é bibliográfica, pois, na fase de elaboração do referencial, foi essencial a consulta a livros e revistas e, na fase de análise de conteúdo, foram relevantes novas leituras em revistas previamente selecionadas que proporcionaram a análise com base em categorias pré-estabelecidas. A pesquisa bibliográfica, para Beuren (2003), é a leitura e a avaliação do material bibliográfico coletado, que tornará possível saber até onde outros pesquisadores chegaram, quais os métodos e os procedimentos foram utilizados, as dificuldades enfrentadas e o que ainda pode ser pesquisado. Portanto, nesta pesquisa, foram empregados dados secundários, uma vez que foi efetuada análise de artigos científicos publicados, ou seja, adotou-se pesquisas efetuadas por outros autores.

Por suas características de tratamento dos dados, esta pesquisa é quali-quantitativa. Quantitativa, por necessitar de cálculos estatísticos e, ademais, qualitativa em função da grande necessidade de haver verificações de conceituações, descrições, ideias e metodologias, para que se tenha, ao final, uma ampla abrangência analítica dos conteúdos em sua meta-análise. A análise estatística sozinha não seria adequada para a pesquisa, pois ela requer também o conhecer das estruturas discursivas dos autores e, por isso tem-se uma análise do conteúdo temático e da análise do discurso. No entanto, existe um reducionismo ao se tratar das abordagens quantitativas e qualitativas nas pesquisas. Beuren (2004, p. 92) pontua que a abordagem qualitativa “visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último”. Entretanto, os autores essencialmente quantitativistas consideram boa parte dos estudos qualitativos sem muita capacidade de generalização.

O método quantitativo, como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da

quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples, como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc. (RICHARDSON,1989). Santos (2009, p. 120) expõe que o uso das abordagens de técnicas qualitativas e quantitativas não pode ser visto de forma dicotômica, ao contrário, a articulação destas duas técnicas é uma tendência atual de pesquisa social, por torná-la mais precisa e interessante.

4.1 MÉTODO

Para este estudo, foi aplicada a meta-análise, que é um método estatístico de investigação de dados secundários, os quais se referem a estudos científicos anteriores dentro do mesmo assunto, integrando os seus resultados, após uma análise de conteúdo. Em outras palavras, a meta-análise é uma análise de análises anteriores e, neste estudo, foram levadas em conta algumas categorias de análise pré-elaboradas, para possibilitar resultado mais eficiente na pesquisa. Segundo Wolf (1986, p. 11), a meta-análise pode ser definida como:

A análise estatística de uma grande coleção de análise, resultados de estudos individuais, com o propósito de integrar as conclusões. Ele conota uma alternativa rigorosa e casual, as discussões narrativa de estudos de investigação que caracterizam as nossas tentativas de fazer sentido da literatura de investigação em rápida expansão.

A meta-análise foi identificada como o melhor método para este estudo, porque propicia um tratamento de forma simultânea de um conjunto de dados, alheios ou não, obtidos independentemente. Além disso, a meta-análise, na área social e econômica, é pouco explorada, mas, em outras áreas, como a medicina e a educação, podem ser encontrados diversos estudos, pois se trata de uma forma de proporcionar um novo olhar sobre o resultado de pesquisas já realizadas.

Para a meta-análise, foram consideradas as categorias de análise discutidas no referencial teórico, sendo que, nesta pesquisa, essas categorias são as características usualmente destacadas em estudos sobre aglomerados, agrupamentos, arranjos produtivos, sistema produtivo e *clusters*. Essa opção justifica-se pelo fato de se ter, aqui, todos os termos como similares.

4.2 FASES E ETAPAS DA PESQUISA

A pesquisa, aqui proposta, teve quatro etapas em sua fase de análise dos resultados. A primeira etapa foi a identificação das revistas de produção científica existentes nas áreas de ciências sociais, administração e economia, em âmbito nacional. A escolha dessas áreas deu-se pelo fato do APL ser reconhecido como um fenômeno que, por suas características intrínsecas, vincula-se às áreas referidas. Além disso, cada uma destas áreas tem um olhar diferenciado do APL, o que enriquece o presente estudo. Salienta-se que o acesso aos dados ocorreu, primeiramente, por meio da busca ao banco de dados da CAPES: www.capes.gov.br, através do acesso fornecido pela Unisinos.

Na segunda etapa, as revistas selecionadas foram analisadas individualmente. Somente as que tinham um elevado reconhecimento pela CAPES, com avaliações B2 ou superiores nos conceitos QUALIS das três áreas são as que foram escolhidas. Na terceira etapa, foram identificados os artigos publicados nestas revistas, nos últimos dez anos, que tratavam de APLs, sejam com a denominação de Arranjos Produtivos Locais, Sistemas Produtivos Locais, Aglomerados de Empresas, Agrupamento de Empresas, Distritos Industriais, sejam explorando os termos, APLs, Arranjos, Sistemas, Aglomerados, Agrupamentos e Distritos. Todos eles consultados também no singular. Neste momento da pesquisa, identificou-se 130 artigos para análise.

Na quarta etapa, foi feita a seleção final e análise dos 130 artigos através da leitura do resumo e da introdução de cada um deles com a intenção de confirmar se os termos estavam sendo usados no sentido proposto pelo presente estudo, chegando-se a 79 artigos. Porém, nestes 79, feita novamente a leitura, foram descartados 22 artigos, em que os termos apareciam de forma vaga, isto é, apesar de estarem no sentido proposto, o termo não era foco do estudo ali elaborado. Com esta última filtragem, chegou-se a 57 artigos selecionados e, com os dados encontrados, foi elaborada a tabela para apresentar o número de artigos publicados anualmente. Nesta mesma etapa, foi verificado, com uma só leitura e com o ajuda do formulário em apêndice A, o uso de termos por revistas, a classificação dos artigos quanto à metodologia usada nos estudos e, para isso, utilizou-se um referencial já proposto por Machado de Silva (*apud* JABBOUR *et al*, 2008), ou seja, foram definidos como empírico, teórico-empírico ou teórico. Além disso, foi feita a identificação da metodologia utilizada, foi verificada a origem da bibliografia adotada, se nacional ou internacional. No momento seguinte foram identificados os autores que mais publicaram entre os artigos selecionados, na sequência foi sendo observada a presença das categorias de análises, o

que possibilitou identificar a frequência em que as categorias foram apresentadas nos artigos anualmente, bem como a quantidade de categorias presentes por revistas anualmente. Ainda dentro da análise por categorias, fez-se uma abordagem comparativa entre as categorias elencadas na moldura de análise, e os artigos selecionados. Buscou-se, por fim, fazer uma agenda de pesquisa e identificar as contribuições dadas pelos artigos para o campo de investigação, incluindo-se estas contribuições no apêndice B.

4.3 COLETA DE DADOS

A pesquisa foi proposta em um momento em que os APLs e seus similares estavam sendo alvo de vários estudos, sobretudo, por ser uma opção considerada eficiente ao tratar das relações organizacionais. Todavia, neste mesmo momento, no ambiente acadêmico e científico, estava sendo estimulada a produção de materiais científicos, o que gerou a criação de inúmeros artigos.

Para compor o cenário da pesquisa sobre APLs no Brasil, foram levantados os artigos publicados na década 2001 a 2010, restrito aos artigos veiculados em revistas das áreas de administração, economia e ciências sociais, com QUALIS B2 ou superior, conforme quadro adotado pela CAPES. Isto, sem desmerecer outras revistas, que também possuem pesquisas de qualidade, mas, devido ao tempo e aos recursos financeiro e humano reduzidos, outras revistas não fizeram parte deste estudo.

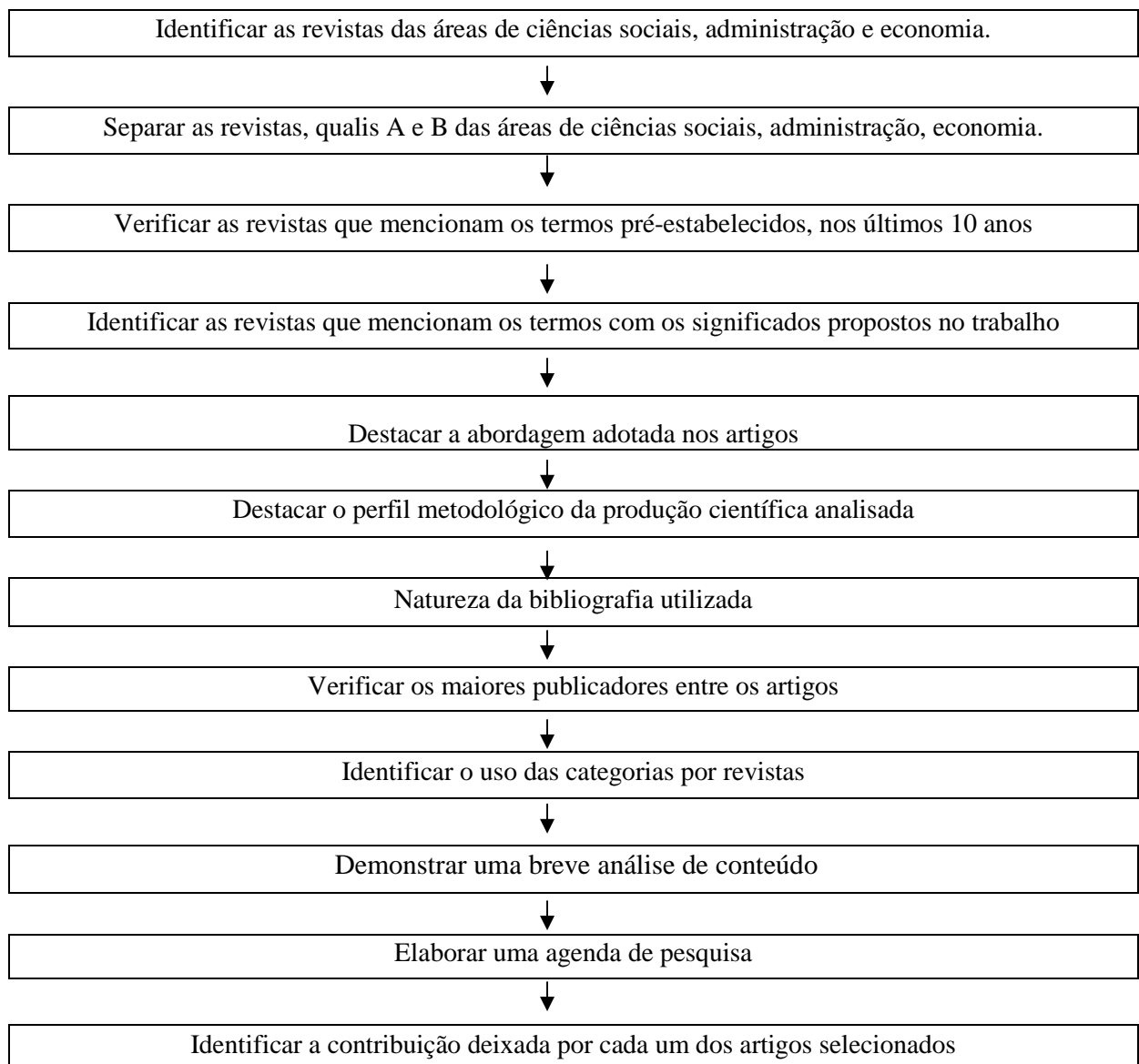
Do cenário da pesquisa também é possível mencionar que o acesso às revistas foram fáceis e rápidos, pois possuíam formato digital, com toda a produção publicada. Além disso, foi possível o acesso através de outros sites, como o www.periodicos.capes.gov.br e www.scielo.org. A pesquisa, porém, teve também algumas dificuldades em seu percurso. Durante a sua execução a CAPES publicou uma nova qualificação, Qualis, o que gerou alteração da lista de revistas selecionadas, provocando um re-trabalho.

4.4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise quantitativa se deu com a análise de conteúdo das tabelas e sempre que possível, inter-relacionando com fatos ocorridos na realidade ou com a literatura existente. A análise de conteúdo, segundo Bauer e Gaskell (2002, p. 190) “é um método de análise de texto desenvolvido dentro das ciências sociais empíricas. A análise de conteúdo faz uma ponte entre um formalismo estático e a análise qualitativa dos materiais.”

Na análise qualitativa foi analisada uma categoria de cada vez, primeiramente era buscado o que se tinha de base na moldura de análise e após era feito uma leitura dos artigos que utilizavam a categoria que estava sendo analisada e a comparação entre o que era adotado como referência bibliográfica e os artigos selecionados. Dentro desta análise qualitativa é dada atenção aos “tipos”, “qualidades” e as “distinções” no texto (BAUER e GASKELL, 2002, p. 190).

Contudo, para facilitar o entendimento deste processo será apresentado um passo a passo com as etapas percorridas para uma melhor compreensão. Ele inicia com a identificação das revistas cadastradas na Capes nas áreas de ciências sociais, administração e economia e vai destacando de forma detalhada, todos os passos, a metodologia de que se fizera necessário para se concretizar a pesquisa, seleção das revistas, a metodologia de seleção dos artigos, as categorizações, as filtragens, as análises, tudo para melhor compreensão ao acompanhar as análises de conteúdos.

Figura 1. Esquema Lógico de Meta-análise

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 ANÁLISE POR TERMOS

A busca pela produção científica em revista das áreas de administração, ciências sociais e economia, avaliadas com Qualis B2 ou superiores, deu-se pela plataforma da CAPES, com acesso pela UNISINOS - Universidade do Vale dos Sinos, pelo *site Scielo* ou pelas páginas virtuais das próprias revistas pesquisadas, neste último caso, normalmente, fazendo a pesquisa por edição. Se ao pesquisar a revista, o acesso não fosse possível, era contatada a equipe da revista, via email e solicitado o acesso desejado. Sendo assim, todas as revistas foram acessadas e consultadas. Neste capítulo, está explicitada a pesquisa, em seu estado quantitativo, no que tange ao uso dos termos nas revistas e nos artigos.

5.1.1 Identificação das revistas selecionadas

Para se chegar às revistas de produção científica da área da administração, da economia e das ciências sociais, destinadas à pesquisa, de início, foi efetuada busca, no *site* da CAPES, das revistas das áreas da administração, da economia e das ciências sociais, onde constavam aproximadamente 2.150 revistas, porém, após selecionar somente as revistas com qualis superior a B2, emitiu-se um relatório onde constavam 695 periódicos, assim distribuídos, 336 revistas na área de administração, 159 de ciências sociais aplicadas e 200 da área de economia, porém havia a necessidade de selecionar somente os periódicos brasileiros, feito isto, restaram 202 periódicos, assim distribuídos, 111 revistas na área de administração, 24 de economia e 67 de ciências sociais aplicadas, conforme anexos A, B e C. Contudo, uma revista poderia estar inclusa em mais de uma área e avaliada de maneira diferente em cada uma das áreas, assim sendo, uma vez identificadas as 202 revistas foi verificado quais mencionavam os termos propostos na pesquisa. Esta verificação, primeiramente, deu-se através de uma ferramenta de busca pelos termos, nos *sites* utilizados, chegando, naquele momento, a 72 revistas.

A próxima ação de filtragem foi a verificação, entre as 72 revistas, quais traziam os termos realmente voltados aos significados propostos, pois eles poderiam estar sendo utilizados com

outro significado. Para se chegar a esta realidade foi necessário consultar um a um dos artigos que compõem a revista. Assim, chegou-se a 24 revistas selecionadas e, como última filtragem, foi feita uma verificação final para excluir artigos onde os termos eram tratados de forma vaga, totalizando 22 revistas. Conforme a tabela 01, as revistas selecionadas possuíam pelo menos um artigo com o uso do termo no sentido proposto na moldura de análise, no quadro 01.

Na tabela 01, é possível conhecer-se, nominalmente as revistas selecionadas e com seus respectivos Qualis nas áreas de administração, da economia e das ciências sociais aplicadas. Feita uma análise mais detalhada do Qualis, constata-se que, entre as revistas selecionadas, não há revistas com Qualis A1, em sua avaliação por área, e constatou-se também que 16 revistas possuem nível de avaliação entre B1 e B2 como a sua melhor avaliação por área.

Pôde-se observar também que das 22 revistas, 09 revistas são de administração, 09 revistas de economia e 04 revistas são de outras áreas, porém são avaliadas através das áreas propostas na dissertação. As revistas são: Gestão e Produção da área de Engenharia da Produção, avaliada pela administração; Interações, da área do Desenvolvimento Local, avaliada pela administração; Perspectivas em Ciência da Informação, da área da própria Ciência da Informação, avaliada pela ciências sociais; e Produção, da área da Engenharia da Produção, avaliada pela administração.

É interessante se observar que apesar das revistas serem selecionadas e avaliadas pelas áreas de administração, economia e ciências sociais, existe uma diversidade de assuntos sendo tratados, o que se poderia estar confirmando que realmente os APLs são tratados por diversas áreas, ou seja, trata-se de um fenômeno multidisciplinar e cada qual os trata sob um olhar. O APL abrange alguns âmbitos, como o econômico, o social, o político e o cultural.

Tabela 1. Relação de revistas selecionadas

REVISTA	Qualis da área Ciências Sociais	Qualis da área Administração	Qualis da área Economia
Caderno EBAPE.BR (FGV)	-	B1	-
Economia	-	B2	B2
Economia Aplicada	-	A2	B2
Economia e Sociedade	-	B1	B2
Ensaaios FEE	-	B1	-
Estudos Econômicos	-	B1	B2
Gestão e Produção	-	A2	-
Nova economia	-	B1	B2
Interações	-	B1	-
Organizações e Sociedade: O&S	-	B2	-
Perspectivas em Ciência da Informação	A2	B1	-
Produção	-	A2	B2
RAC - Eletrônica (On line)	-	B1	-
RAE - Eletrônica (Impressa)	-	B1	-
RAE - Eletrônica (On line)	-	B1	-
REAd - Revista Eletrônica de Administração	-	B2	-
Revista de Administração	-	B2	B2
Revista de Administração Mackenzie - RAM	-	B1	-
Revista de Administração Pública - RAP	-	A2	B2
Revista de Economia Contemporânea	-	B1	-
Revista de Economia e Sociologia Rural	-	-	B2
São Paulo em Perspectiva	-	B2	-

Fonte: Elaborado pela autora

5.1.2 Identificação dos artigos

Ao selecionar as revistas, de forma concomitante, selecionou-se os artigos, sendo identificados, inicialmente, um número de 130 artigos. Todos eles foram impressos e analisados e re-analisados, um a um, no intuito de confirmar se em todos os artigos os termos estavam sendo usados na forma proposta no quadro 01, ficando, neste ponto, 57 artigos selecionados, conforme tabela 02, onde pode ser verificado também o volume das publicações realizadas por revista em cada ano que compõem a década analisada.

A fim de compreender como se deu a publicação sobre APL na década 2001 a 2010,

foi necessário identificar a produção no decorrer dos anos e por periódico, assim, pôde-se constatar, através da tabela 02, que os periódicos que mais publicaram artigos sobre APL foram a Revista Ensaios FEE, com nove artigos e a Revista de Economia Contemporânea, com cinco artigos, ambas da área da economia. Na década em questão, houve um salto na produção do ano de 2004 para 2005, este aumento possivelmente indica a publicação de artigos com resultados de pesquisas iniciadas ainda na década de 90, pois, para se percorrer todo ciclo da ideia de pesquisa até o seu resultado final, são precisos alguns anos. Mas o auge das publicações sobre APL, na década estudada, aconteceu em 2008 com 14 artigos publicados, sendo 10 artigos melhor avaliados na área da administração, este fato, pode levar ao entendimento de que a administração, que estuda empreendimentos e tem por objetivo o alcance de melhores resultados deles, teve maiores publicações por se ater a características como a cooperação, a competição e a inovação, consideradas palavras chaves para o sucesso empresarial, por diversos autores contemporâneos.

Os dois periódicos que mais apresentaram publicações foram os da área da Economia, trata-se da revista Ensaios FEE, que é uma revista da Fundação de Economia e Estatística, a revista é especializada em artigos de caráter predominantemente teórico, tem como objetivo divulgar o debate econômico e sociológico dos técnicos da FEE e também artigos de pesquisadores de outras instituições nacionais e estrangeiras.

A maioria dos artigos publicados pela Ensaios FEE, se apresentaram estudos de casos de APLs isto pode ser explicado no fato do Estado do Rio Grande do Sul ter por objetivo o fomento à este fenômeno desde a década de 90, com o Programa de Apoio aos Sistemas Locais de Produção, criado pela Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais, SEDAI. Esta parceria FEE e SEDAI é destacada no livro coordenado por Clarisse Chiapini Castilho, que trata sobre Programa de Apoio aos Sistemas Locais de Produção no Rio Grande do Sul (CASTILHOS, 2002).

O outro periódico é a Revista Economia Contemporânea do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que tem como objetivo a divulgação de temas relevantes para a economia. O interesse em publicar sobre APLs pode vir do fato da Universidade Federal do Rio de Janeiro sediar a Redesist, que é a rede de Pesquisas em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais, com acesso, <http://www.redesist.ie.ufrj.br>. A redesist apoia publicações de resultados de pesquisas oriundas da rede. Foram publicados 05 artigos no período pesquisado e 03 deles foram escritos por pesquisadores associados da Redesist.

Tabela 2. Artigos publicados por revista entre 2001 e 2010

REVISTA	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Ensaio FEE	-	-	01	01	02	01	-	02	02	-	09
Revista de Economia Contemporânea	-	-	-	-	01	01	02	-	-	01	05
Organizações e Sociedade O & S	-	-	-	-	-	01	-	03	-	-	04
Produção	-	-	-	-	01	02	-	01	-	-	04
Revista Eletrônica de Administração - REAd	-	-	01	-	-	-	01	01	-	01	04
Gestão e Produção	-	-	-	-	-	-	01	01	02	-	04
Interações	-	-	-	-	-	01	-	-	01	01	03
Revista de Economia e Sociologia Rural	-	-	-	-	-	01	-	01	01	-	03
São Paulo em Perspectiva	-	-	-	-	03	-	-	-	-	-	03
Economia Aplicada	-	-	-	-	01	-	01	-	-	-	02
Estudos Econômicos	-	-	-	-	-	01	-	-	01	-	02
RAC - Eletrônica (On line)	-	01	-	-	-	-	-	01	-	-	02
Revista de Administração Mackenzie - RAM	-	-	-	-	01	-	-	01	-	-	02
Revista de Administração Pública - RAP	-	-	-	-	-	-	-	-	02	-	02
Economia	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	01
Nova Economia	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	01
Perspectivas em Ciências da Informação	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	01
RAE - Eletrônica (Impressa)	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	01
RAE - Eletrônica (On line)	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	01
Revista de Administração	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	01
Caderno EBAPE.BR (FGV)	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	01
Economia e Sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	01
TOTAL	-	01	02	01	10	08	06	14	11	04	57

Fonte: Elaborado pela autora

5.1.3 Abordagem dos artigos

Quanto a abordagem, conforme gráfico 01, são utilizados com mais frequência os estudos teórico-empíricos que está presente em 68% dos artigos. Os artigos, em geral, apresentam resumo, introdução, que se somam normalmente com uma discreta revisão

literária, uma análise, e fechando com a conclusão. Muitas vezes, a revisão da literatura muito breve, ou inexistente, o que fica uma lacuna a ser preenchida, tendo em vista que é preciso ter alguns conceitos bem definidos, além da necessidade de saber que teoria o autor está aderindo, o que só é possível ao analisar as referências bibliográficas, por esta razão muitos estudos foram selecionados somente como empíricos.

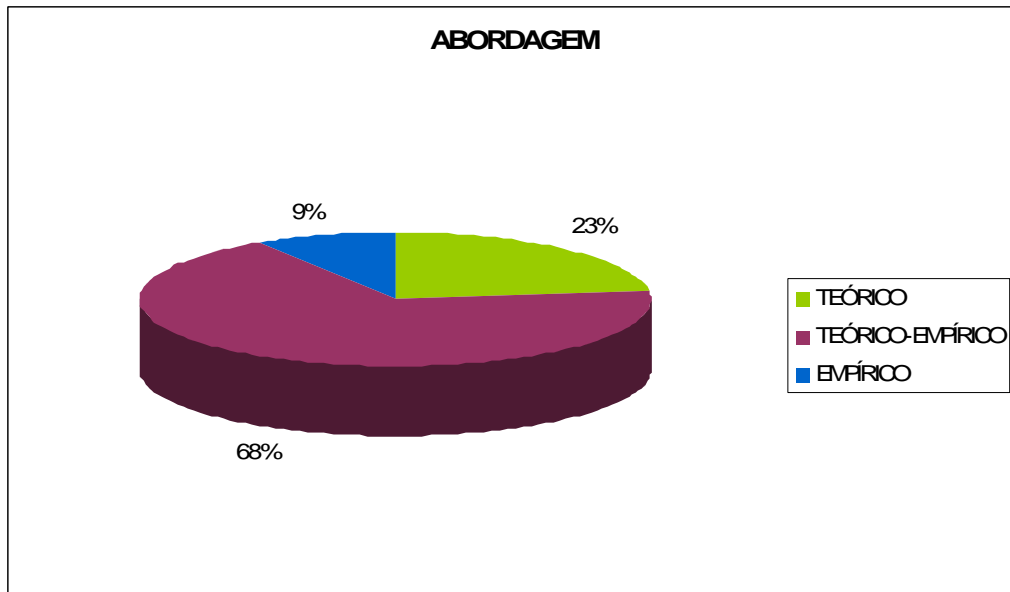


Gráfico 1. Perfil metodológico da produção científica analisada

5.1.4 Metodologia empregada

Ao serem analisados os artigos, foram identificados os estudos de caso como tipologia mais recorrente entre as pesquisas levadas a efeito, estando presente em 66% dos 44 artigos empíricos e teórico-empíricos, os estudos multicaseos chegaram a 14% e as demais tipologias corresponderam a 20%, conforme demonstrado no gráfico 2. Nestes mesmos 44 estudos foram estudados 83 APLs brasileiros somados a alguns peruanos, alguns colombianos, um canadense e um do Vale do Silício, na Califórnia.

Em cerca de 60% dos estudos em APLs brasileiros foram aplicados questionários ou feito somente entrevista, como é o caso do estudo das políticas públicas para desenvolvimento local e regional, que abrangeu 53 APLs, e o estudo sobre a aprendizagem e a inovação no setor de confecção que abordou 10 APLs brasileiros, estudos estes importantíssimos, porém com uma investigação individual menos complexa que um estudo de caso que tem sua

atenção voltada somente a um caso, ou que um estudo multicaso que tem sua atenção a poucos casos e oportuniza estudos comparativos. Assim, pode-se afirmar que os estudos de caso ou multicasos estavam na maioria dos 57 artigos selecionados, mas a grande maioria dos APL foram abordados através de outros tipos de pesquisa o que não esgota as possibilidades de estudo nos APLs, porém deixa o campo de estudo mais restrito.

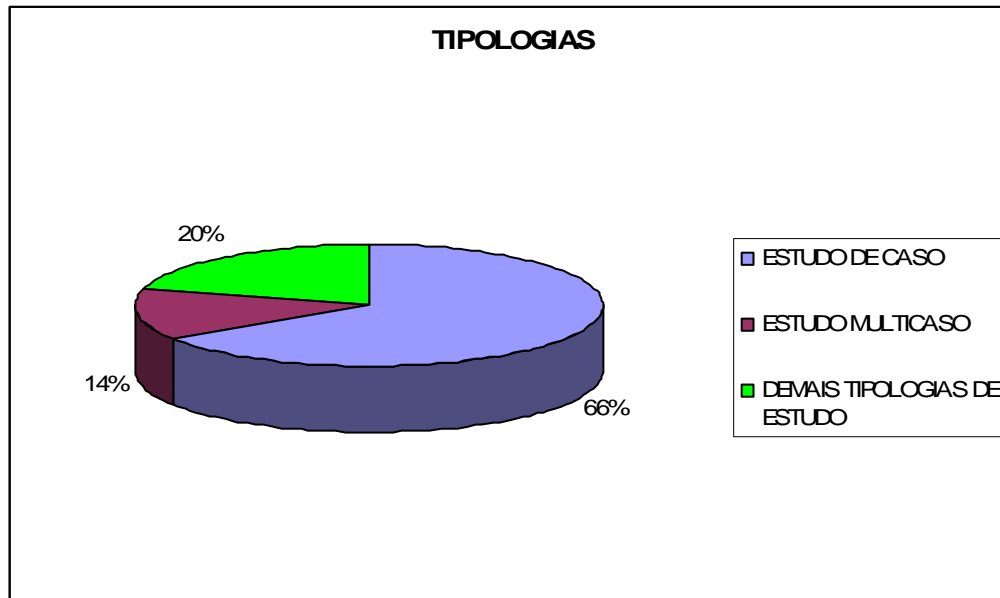


Gráfico 2. Metodologia Empregada

5.1.5 Natureza da bibliografia utilizada

Diante dos 57 artigos, verificou-se que em todos existem bibliografias nacionais e internacionais, muitos deles têm a influência das experiências e teorias estrangeiras e chegam a ter mais de 90% em bibliografias internacionais. Contudo, ao ser feita a contagem, verificou-se que o uso das bibliografias se dá de forma quase que igualitária entre nacionais e internacionais.

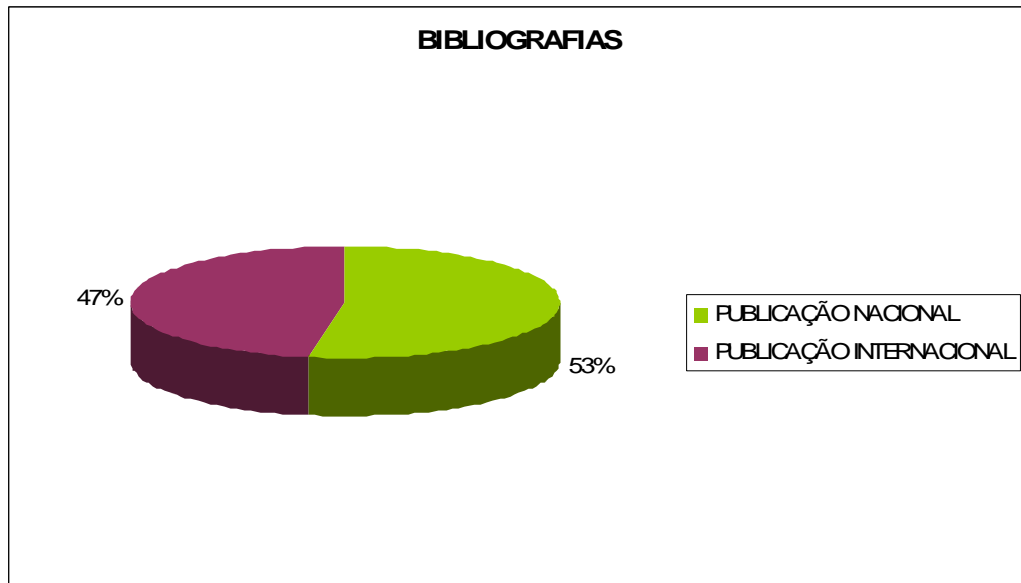


Gráfico 3. Origem das bibliografias

5.1.6 Maiores publicadores entre os artigos

Ao ser verificado os autores com maior publicação sobre APL nas revistas selecionadas, independente de ser com a autoria ou com a coautoria do artigo, o autor que mais publicou foi Stallivieri com 04 publicações, seguido de Tatsch, Brito, Campos e Garcia com 03 publicações e Arica, Moori, Souza e Suzigan com 02 publicações.

Tendo selecionado 57 artigos, percebe-se que não há concentração de publicações por autores e entre as publicações destes autores há o predomínio dos estudos de caso e dos estudos teórico-empíricos. Além disso, constata-se que quase todos os autores não concentram sua produção em uma só revista. Com estas constatações pode-se estar confirmando o fato de se ter uma difusa teorização sobre APL, o que, aliás, seria o motivo pelo qual a presente dissertação foi proposta.

As publicações acadêmicas sobre APL foram destacadas até este ponto da pesquisa com foco na quantificação das revistas e dos artigos, por termo, contudo, nos 57 artigos selecionados, se passou a identificar quantos deles focam e como focam as categorias pré-estabelecidas no escopo desta dissertação.

5.2 ANÁLISE POR CATEGORIAS

Para que se proceda a análise por categoria é necessária uma contextualização das referidas categorias que foram tratadas pelo presente estudo, são elas: a competição, considerada, aqui, como habilidade ou talento da empresa para criar e implementar estratégias concorrenciais, no momento em que as empresas buscam algo de forma concomitante; a cooperação é vista como prática de se trabalhar juntos, de se preocupar e se ajudar mutuamente; os ganhos, como a apropriação de benefícios e vantagens advindas do aglomerado; a governança é tida como a capacidade de comando ou coordenação que certos agentes exercem sobre as interrelações produtivas, comerciais, tecnológicas e outras; a inovação consiste no processo pelo qual as empresas adquirem conhecimento, criam e implementam uma nova ideia; as políticas públicas constituem o resultado de decisões políticas voltadas para a garantia de determinada demanda, de maneira a qualificar compromisso público que visa a dar conta de determinada problemática; e o desenvolvimento local é entendido como processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos, que advém de uma agenda local e do potencial encontrado nas instituições, nos indivíduos e nas associações.

Com o intuito de demonstrar o quanto as categorias foram adotadas nos artigos na década estudada, fez-se a tabela 03, que destaca o número de vezes que elas foram encontradas, bem como permite conhecer quantas deles empregaram as ditas categorias, podendo ser observado que em um só artigo pode estar presente mais de uma categoria.

Tabela 3. Quantidade de categoria por revista anual

REVISTAS	A	B	C	D	E	F	G	Total
Ensaio FEE	2	3	6	6	2	3	3	25
Organizações e Sociedade: O&S	3	4	4	2	2	1	3	19
Revista de Economia Contemporânea	2	4	3	3	3	2	1	18
Gestão e Produção	1	3	2	3	2	2	2	15
Produção	2	4	3	1	0	1	0	11
Revista de Administração Pública - RAP	2	1	2	2	0	1	1	9
Estudos Econômicos	1	2	2	1	2	1	0	9
Interações	1	2	3	1	0	1	0	8
São Paulo em Perspectiva	1	2	2	0	0	2	1	8
Read – Revista Eletrônica de Administração	0	2	3	0	1	1	0	7
Economia e Sociedade	0	1	1	1	1	1	1	6
Nova Economia	0	1	1	1	1	1	0	5
Revista de Economia e Sociologia Rural	0	0	1	0	1	1	2	5
RAC – Eletrônica (On line)	0	1	1	1	1	0	0	4
Revista de Administração Mackenzie – RAM	2	1	1	0	0	0	0	4
RAE – Eletrônica (On line)	1	1	0	0	1	0	0	3
Caderno EBAPE.BR (FGV)	0	0	0	1	0	1	1	3
Perspectivas em Ciência da Informação	1	1	1	0	0	0	0	3
Economia	0	1	1	0	0	0	0	2
Economia Aplicada	2	0	0	0	0	1	0	2
RAE – Eletrônica (Impressa)	1	0	0	0	1	0	0	2
Revista de Administração	0	1	0	0	0	0	0	1
TOTAL	22	35	37	23	18	19	15	169

Fonte: Elaborado pela autora

Legenda:

A: Competição

B: Inovação

C: Cooperação

D: Ganhos

E: Governança

F: Políticas Públicas

G: Desenvolvimento Local

Verifica-se, por exemplo, que a categoria competição é tratada de forma mais frequente nas revistas da área de administração, enquanto que, nas revistas de economia, muitas delas sequer mencionam tal categoria em suas publicações. A cooperação é a categoria que aparece mais vezes no período estudado. A inovação foi citada em 18 periódicos entre os 22 selecionados, ou seja, ela esteve presente em mais de 80% das revistas, sendo seguida pela cooperação que esteve presente em 17 periódicos. As políticas públicas e o desenvolvimento local, por sua vez, são focados mais pelas revistas de economia.

É interessante destacar que, entre as revistas que tiveram maior publicação, não houve concentração de publicações sobre alguma(s) categoria(s), ao contrário, o uso das categorias apresentou-se diversificado.

A seguir, expõe-se a análise de conteúdo dos artigos que foram selecionados e tomados como referência para o estudo, para tanto, adotam-se, como referência, as sete categorias pré-estabelecidas. Ao selecionar por categorias de análise, primeiramente, serão separados os artigos pelo uso nominal das categorias, mas vale salientar que não basta a palavra utilizada como categoria estar presente nos artigos, esta palavra deve estar presente no contexto proposto no quadro 01, visto que é assim que ela é considerada na presente dissertação. Há, contudo, sete categorias para auxiliar nesta empreitada.

5.2.1 Competição

Com base no referencial teórico e na moldura de análise, pode-se afirmar que a competição é o talento que a empresa tem para criar e implementar estratégias concorrenciais. A competição é frequentemente encontrada nos artigos fazendo-se vinculada a outras características, como na afirmação de que existe uma mistura de cooperação e competição dentro dos APLs (TASCH, 2004; SOUZA; FERNANDES, 2005; SUZIGAN; GARCIA; FURTADO, 2007; VILLELA; PINTO, 2009; BARROSO; SOARES, 2009; VILPOUX ; OLIVEIRA, 2010) e que cabe à governança manter o equilíbrio entre ambas, corroborando, recorre-se ao referencial proposto com Lastres, Cassiolato e Arroio (2005) que afirmam que os APLs desencadeiam uma dinâmica dialética entre cooperação e competição, sempre voltados a um conjunto de atividades econômicas. Ademais, sobre a relação da cooperação e a competição, encontra-se, nos artigos, a afirmação de que “facilita a liberdade de ação individual simultaneamente com as ações coletivas”

(VILLELA; PINTO, 2009, p. 1074). Assim sendo, é como se existisse uma garantia de preservação da individualidade dos membros do APL.

Também pode-se citar a ligação entre a competição e a inovação trazidas nos artigos, quando se identifica a afirmação de que principalmente em produtos de alta tecnologia, a competição é característica de APLs em função da inovação (GANZERT; MARTINELLI, 2009). Ao ser mencionada a competição em nível de mercado internacional, por exemplo, observa-se que a inovação é considerada o seu principal componente, principalmente se os produtos a serem exportados forem de alta tecnologia (GANZERT; MARTINELLI, 2009). “A intensificação da competição internacional tem forçado as empresas a uma rápida absorção de novas tecnologias para manter ou ampliar mercados e se manterem competitivas.” (SOUZA e ARICA, 2006, p. 81).

Constata-se também, nos artigos, que a competição atual acontece mais entre regiões, localidades ou projetos, pois, se houver um envolvimento das firmas no projeto com intuito de melhorias, certamente este projeto terá uma efetiva competitividade entre as empresas. (BARROS e MOREIRA, 2006; SAMPAIO *et al*, 2008;).

Por fim, deve-se referir que a competição quando é interna ao APL, alguns autores, como Porter (2009), salientam que ela é um incremento trazido pelo APL às empresas, mas que esta competição está realmente em dois níveis, interno e externo ao arranjo. Acrescenta, ainda, que esta competição é benéfica, uma vez que aumenta a produtividade, manipula a inovação e estimula novos negócios, o que fortalece o APL. Somando à afirmação de Porter de que a competição é benéfica, é encontrado, nos artigos, que a competição interna é positiva (GANZERT e MARTINELLI, 2009). Conseguir com que a empresa seja competitiva requer habilidades, conhecimento, criatividade e um dado investimento, pois a competição não pode acontecer a custos de crimes ambientais ou de salário defasados, por exemplo. Como forma de facilitar o acesso a esta competição, tanto os artigos quanto a literatura adotada indicam os APLs, pois eles poderão contribuir para o alcance da competitividade.

5.2.2 Inovação

A inovação está definida, tanto na moldura de análise como nos artigos, como a criação e a complementação de uma nova ideia e, segundo o referencial teórico, a inovação pode estar relacionada a uma inovação tecnológica, uma inovação de processos ou uma inovação administrativa. Estas três formas de inovação não são encontradas nos artigos, neles, consta o

termo inovação tecnológica ou tão somente inovação. Apesar de não serem observadas as nomenclaturas, é possível deparar-se com a afirmação de Domingues e Paulino (2009, p. 696) que “a inovação é a implementação de mudanças referentes a novos produtos, novos atributos em produtos existentes, novos processos, novas formas de organização do trabalho realizado pela empresa que seja novas para ela ou para o mercado”, esta conceituação que lhe é dada indica que a inovação, também nos periódicos, está sendo tratada de forma ampla e não está focada somente em inovação tecnológica.

Alguns autores de artigos, como Domingues e Paulino (2009, p. 696), sublinham que “a inovação está associada à criação de vantagens competitivas e à elevação dos padrões competitivos”. Com base na definição anterior, pode-se considerar que a competitividade vem da possibilidade de inovar que é trazida, em muitos casos, pela cooperação e pela aprendizagem que estão nos artigos como prioridade para as empresas na modernidade (BLOIS; SOUZA, 2008). Os artigos, além disso, destacam aprendizagem de forma unida a inovação para que, assim, elas possibilitem a competição (HASENCLEVER; ZISSIMOS, 2006; SCHEFFER; CARIO; NICOLAU, 2008; TATSCH, 2009; STALLIVIERI; CAMPOS; BRITTO, 2009; BRITTO; STALLIVIERI, 2010) e se o conhecimento gerado neste processo for compartilhado, a inovação será uma realidade não só para o APL.

Os artigos confirmam que, para a empresa estar em parceria, é necessário que se tenha uma troca de conhecimentos e tecnologias adquiridas anteriormente (BARROSO; SOARES, 2009; GANZERT; MARTINELLI, 2009), pois só o fato das empresas estarem em um APL não garante maior tecnologia e inovação, além de não assegurar também o sucesso do APL. A parceria, no caso da inovação, deve contar, cada vez mais, com a multiplicidade dos agentes, visto que ela é um processo coletivo. Para Ganzert e Martinelli (2009), “as relações entre agentes situados em sistemas de inovação de diferentes regiões têm se tornado indispensáveis para a manutenção dos níveis locais de prospecção tecnológica, mudanças organizacional ou emergência de novos conceitos”. O desempenho da inovação depende tanto do relacionamento interno, quanto do externo do APL, registram Cassiolato, Campos e Stallivieri (2007), e, no âmbito interno, tem-se foco nos profissionais que estão atuando na geração de novas tecnologias, enquanto que, no âmbito externo, constata-se a necessária ligação de agentes em vários pontos do sistema inovativo, ou seja, existe uma troca de conhecimento além das fronteiras de um APL.

O que se vê em vários países é a estratificação pela inovação e de acordo com a troca de conhecimento e tecnologia necessária para aumentar a qualidade e a capacidade inovativa é que se formam os APLs que acabam sendo identificados por suas capacidades (SOUZA; ARICA, 2006). Sendo assim, parece estar correta a afirmação que no Brasil, por exemplo, tem-se o APL

calçadista da região do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, que inova constantemente, especialmente por ter que atender as exigências de seus clientes do mercado internacional.

O estímulo à inovação traz consigo o desenvolvimento de uma região, principalmente se, nesta região, existirem políticas públicas focadas na inovação e os empresários desta região tiverem pensamento inovador, que é o principal pensamento para uma visão da modernidade (DUARTE, 2005). Deve-se ter cautela em afirmar que a inovação traz o desenvolvimento, visto que se têm diversas variáveis que podem influenciar na estrutura do APL.

5.2.3 Cooperação

A cooperação em nível empresarial aparece no referencial bibliográfico e na moldura de análise como a prática dos agentes trabalharem unidos e se ajudando. Os artigos confirmam tal assertiva ao mencionarem que a cooperação permite a incorporação das empresas em rede, além da cooperação ser vista como meio de sobrevivência das empresas, isto porque elas além de interagirem e trabalharem unidas, ajudam-se reciprocamente (GALDÁMEZ; CARPINETTI; GEROLAMO, 2009; DOMINGUES; PAULINO, 2009). “Focar os benefícios do aprendizado interativo e desenvolver a cooperação entre empresas e entre estas outras instituições que possam contribuir para a inovação é de fundamental importância para a sobrevivência dos sistemas locais de produção” (DOMINGUES E PAULINO, 2009, p. 691).

Os artigos revelam que a confiança e os interesses em comum são os estimuladores da cooperação, assim, conforme os artigos, não basta uma infraestrutura para a empresa, pois esta infraestrutura não garante ações de cooperação, segundo um exemplo citado, a cooperação terá problemas se as empresas, apesar de estarem juntas, não tiverem os mesmos interesses, ainda que seja um interesse aparente. Porém, a literatura é mais categórica ao afirmar que realmente não basta ter a infraestrutura, mas deve ser a soma da infraestrutura com a cultura dos integrantes do APL que constitui a cooperação (VILLELA; PINTO, 2009)

A cooperação pode ocorrer através da troca de informações sobre tecnologias, sobre a produção, sobre clientes, sobre fornecedores, sobre a concorrência, entre outros conhecimentos (GALDÁMEZ; CARPINETTI; GEROLAMO, 2009; DOMINGUES; PAULINO, 2009).

De acordo com a bibliografia selecionada, a cooperação emerge como consequência de agentes individuais buscando satisfazer os seus próprios interesses (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2008, p. 41) e os artigos corroboram esta ponderação ao anotar que esta

cooperação leva as empresas à oportunidade de trabalhar com novas tecnologias, oportunidade de diminuir os custos com a inovação e de melhorar a competitividade, gerando o desenvolvimento local (MACADAR, 2006; TEIXEIRA, 2008).

A cooperação somada à aprendizagem, estimula a inovação tão almejada pelas empresas e que de forma isolada a inovação fica muito onerosa para as empresas alcançarem. Estudos efetuados no decorrer da década estudada e trazidos pela literatura confirmam esforços de cooperação com o objetivo de acessar a inovação e alcançar a competitividade no mercado globalizado da modernidade (TEIXEIRA, 2008; EBER, 2008; BARROSO; SOARES, 2009).

5.2.4 Ganhos

Na moldura de análise, a categoria ganhos apresenta-se como a apropriação de benefícios e vantagens oriundas de uma aglomeração de empresas. Ao ser investigada esta categoria, nos artigos, constata-se que eles trazem os ganhos como algo possível para todos os integrantes de APLs, isto porque os APLs possuem, segundo os autores dos artigos, uma atmosfera favorável às empresas (SARTORI *et al*, 2009). Ou seja, obter ganhos é algo possível para aquelas empresas aglomeradas e que atuam em conjunto.

A afirmação trazida por (TATSCH, 2006, p. 287) leva a um consenso entre a moldura de análise e os artigos, ao expor que a “concentração regional e setorial de pequenas e médias empresas proporciona maiores facilidades para a ação conjunta, permitindo ganhos para a aglomeração como um todo.” Observa-se que obter ou não ganhos, assim como depende muito das ações das empresas, não depende do tamanho da empresa se ela estiver em APL.

Souza e Mazzali (2008, p. 591) afirmam que, “para que as empresas em APLs obtenham vantagens competitivas, é necessário que sejam capazes de desenvolver ações conjuntas e coordenadas que permitam obter ganhos e vantagens que seriam inacessíveis a uma pequena unidade individual”. Desta inacessibilidade, o referencial bibliográfico, consoante Pérez (2001), salienta que é difícil uma pequena empresa chegar ao nível da concorrência, pois apesar da tecnologia ser rápida, para que ela alcance-a, acabará fazendo-o lentamente. Porém, mesmo com as afirmações acima tem-se 01 artigo dos 23 artigos que alerta de forma mais clara, que não basta estar em um APL para garantir ganhos, pois se alguns empresários resistem ao engajamento na cadeia produtiva, poderá inibir-se os supostos ganhos (MACADAR, 2006).

Os ganhos estão relacionados com as ações ou decisões tomadas pela empresa no APL, quando as empresas cooperam dentro do APL, por estarem em cooperação elas irão distribuir ganhos à coletividade. E este ganho pode ser tão somente uma troca de informação, ou uma oportunidade de negócios conjunta, entre vários outros.

5.2.5 Governança

A governança, segundo a moldura de análise, diz respeito aos diferentes modos de coordenação, intervenção e participação, nos processos de decisão locais, também dos diferentes agentes e das diversas atividades que envolvem a organização dos fluxos de produção, assim como o processo de disseminação e uso de conhecimentos, podendo-se afirmar que a governança é a competência de comandar atores para conseguir objetivos definidos pela coletividade, garantindo o interesse dos integrantes e assegurando que gestores e integrantes cumpram as normas pré-estabelecidas. Através dos artigos, com Suzigan, Garcia e Furtado (2007, p. 425), corrobora-se com a afirmação de que a governança em APLs “é a capacidade de comando ou coordenação que certos agentes (empresas, instituições, ou mesmo um agente coordenador) exercem sobre as inter-relações produtivas, comerciais e tecnológicas, influenciando decisivamente o desenvolvimento do APL.” Tendo-se, porém, no horizonte, a democracia, que permite o agir livremente, o que significa a possibilidade de atuar e opinar nas atividades do APL (STAINSACK, 2005).

A governança em APLs passou a ser tema dos artigos pesquisados a partir de 2007 e, entre os artigos que a trazem há o apontamento de que as formas de governança são definidas como um complexo conjunto de fatores. Entre eles, pode-se citar a base tecnológica dos produtos, a forma de inserção no mercado, o contexto político e social e a forma como se organiza a produção local, que pode tanto ficar sob a governança de uma empresa-líder, quanto sob uma governança local, criada a partir do instante em que as empresas desenvolvem seus próprios canais de negócios.

Faz-se possível argumentar que a governança fica mais definida à medida que se conhece como acontecem as interações e as relações entre os integrantes do APL, posto que existe uma estrutura de governança implícita em cada um. O sistema de governança é oriundo de relacionamentos de cooperação informal que definem as relações entre os membros da cadeia. Todo sistema de governança tem o objetivo de garantir que os interesses dos integrantes sejam

atingidos, ou seja, as vantagens competitivas possuem relação de dependência com a estrutura de governança do arranjo (VILPOUX; OLIVEIRA, 2010).

Independente da hierarquia que existe no APL, ele não conseguirá extinguir a ação conjunta, mas definirá os investimentos e as distribuições dos resultados no APL, de forma que os hierarcas serão mais favorecidos. Assim explana Erber (2008, p. 22): “a maior ou menor hierarquização da governança afeta a distribuição de resultados dos APL”, visto que as estratégias de distribuição de resultados nos APLs são bastante influenciadas pela distribuição de poder. Ainda conforme Erber (2008, p. 22), “quanto maior for a concentração de poder num elo da cadeia de relações que estrutura o APL, menores são as probabilidades que os membros do arranjo que ocupam posições subordinadas constituam ativos específicos que gerem rendas diferenciais”.

5.2.6 Políticas Públicas

As políticas públicas, conforme a moldura de análise, são respostas a decisões políticas voltadas à garantia de determinadas demandas, visando a assegurar os direitos sociais, todavia, nos artigos, as políticas parecem ser vistas de forma protecionista (EBER, 2008; BRITTO; STALLIVIERI, 2010), ou seja, as políticas dão suporte aos APLs, de forma que o APL e seus integrantes tenham um tratamento diferenciado, que pode ser isenção ou redução de alguns impostos, por exemplo.

De forma geral, os APLs apresentam-se como alternativa para as empresas e os governos vêm adotando medidas que os viabilizem, normalmente com boas políticas industriais. Os artigos expressam que os APLs são vistos como possibilidades de gerar o desenvolvimento, por isso, são focos de políticas públicas que, ao estarem voltadas às pequenas empresas, buscam reduzir a escassez de recursos que estas empresas têm (MILANEZ e PUPPIM, 2009). Além disso, devem instigar a cooperação e a interação entre os integrantes do APL, atendendo as especificidades da empresa e do contexto sócio-econômico-cultural local (IACONO e NAGANO, 2010). Esta afirmação pode ser somada a de Porter (2009), quando destaca que o governo é induzido a formular políticas que busquem ampliar a competitividade de certas empresas, como o caso de políticas em nível setorial. Porém, o autor opõe-se a esta ação, pois, segundo ele, distorce o mercado e utiliza de forma ineficiente os recursos governamentais.

Todavia, a oposição às políticas públicas explicitamente direcionadas também é

encontrada nos artigos, com a ideia de que se as políticas beneficiam os APLs, conseqüentemente, a empresa líder teria mais benefícios do que se estivesse sofrendo com as imperfeições do mercado (ERBER, 2008). Também há um questionamento quanto à eficácia das políticas públicas de fomento a APLs devido ao fato delas não estarem direcionadas às demandas da massa (DOMINGUES; PAULINO, 2009). Erber (2008, p. 28) destaca “que convém distinguir entre as políticas públicas, aquelas destinadas direta e explicitamente ao desenvolvimento dos APLs daquelas políticas que, embora afetem de modo importante os arranjos, são elaboradas e implementadas com outros objetivos e atores em mente.”

Os artigos analisados relatam que “uma distinção inicial pode ser feita entre os APLs induzidos por políticas públicas e os gerados espontaneamente, por meio de empresas de um mesmo setor que histórica e socialmente aglomeram-se em determinados espaços” (SANTOS; CROCCO; SIMÕES, 2003). Em outros artigos, é constatada a existência de dois formatos de arranjos que tenderiam a sobreviver no atual contexto, aqueles constituídos por pequenos fornecedores que rodeiam uma empresa maior e aqueles compostos por diversas e pequenas empresas que interagem entre si, sendo que ambos são focos das políticas públicas (TATSCH, 2004; ERBER, 2008).

Em suma, nos artigos, há uma discordância sobre a ideia de formular políticas públicas de apoio a APLs, enquanto alguns artigos possuem críticas a estas políticas, outros estimulam a sua criação, por trazerem, com elas, fatores que dinamizam a competitividade, ampliam a difusão de novas tecnologias, entre outras ações que podem beneficiar o contexto econômico, social e político de uma dada região. Por esta razão, na visão expressa nos artigos, é mais importante as políticas de apoio implícitas, pois, assim, a ajuda aos APLs vem de forma secundária, visto que os seus benefícios são abrangentes e focam o desenvolvimento local, através de fatores mais amplos, como a geração de empregos e renda, por exemplo (ERBER, 2008; DOMINGUES e PAULINO, 2009).

5.2.7 Desenvolvimento Local

Na bibliografia adotada, Porter (2009, p. 250) está presente com a afirmação de que “para permitir que uma localidade seja mais produtiva, desenvolva a capacidade local de melhorar produtos e processos e, em última instância promova a inovação, é fundamental que se formem APLs.” Os artigos confirmam Porter, retratando que a tendência dos APLs é aparecer como uma

estratégia viável para o desenvolvimento local, pois induzem a maior competitividade, criam mais oportunidades de emprego e germinam renda à população da região e, assim, viabilizam o desenvolvimento local. Em 1998, já era possível verificar o incentivo à formação de APLs, através da Confederação Nacional da Indústria, ao disseminar um material sobre APLs de pequenas e médias empresas que, em sua apresentação, trazia a seguinte informação: “não espere por iniciativas centralizadas do governo. Mobilize-se, articule-se e construa uma agenda de trabalho para todos e com todos os atores econômicos, sociais e políticos de sua comunidade, região e seu Estado”, CNI (1998). Tal afirmação transmite o pensamento de que as relações informais contribuem para o desenvolvimento local e para eventuais externalidades ligadas aos APLs.

Em relação aos artigos, pode-se destacar que o desenvolvimento local exige a inclusão de vários aspectos, como o aspecto econômico, social, político, cultural, ambiental, entre outros aspectos de inter-relacionamento dos atores da sociedade (BARROSO; SOARES, 2009).

Vale mencionar que, nos artigos, é dado destaque à qualidade de vida, ao se tratar de políticas de desenvolvimento local (BARROSO; SOARES, 2009; BRITTO; STALLIVIERI, 2010), ou seja, o desenvolvimento deve manter um equilíbrio entre os aspectos que compõem a sociedade local, não deixando que falte assistência a algum dos aspectos pertinentes. No sentido de contribuir com este equilíbrio é que atuam instituições como o SEBRAE (2010) que age em APLs a fim de encaminhar iniciativas que diminuam esforços, que otimizem a alocação de recursos, que promovam o compartilhamento de objetivos comuns e que consolidem a boa prática de desenvolvimento local. Busca-se, assim, constantemente manter como base uma sólida especialização de um setor em nível local. Mas esta ação pode não ser uma tarefa fácil, pois, “os APLs no país mostram marcantes diferenças em termos de origem, setores de atividade, amadurecimento, formas de articulação e hierarquização entre as empresas, e número e tipos de empresas” (BARROSO; SOARES, 2009, p. 04).

Finalizadas as análises por categorias, é importante ressaltar que esta análise de conteúdo foi, de certa forma, prejudicada em função do modo quase sempre superficial que os artigos trazem as conceituações. Deixando a análise sem possibilidade de avançar em sua contextualização, tendo em vista a falta de teorização nos artigos. Apesar disso, verifica-se que as referências bibliográficas e os artigos harmonizam-se.

Adicionalmente, a fim de concluir os objetivos desta dissertação, fez-se tabelas resumo, no apêndice B encontram-se todos os artigos selecionados e analisados, as contribuições deixadas por eles, seus autores, bem como o ano de suas publicações, além disso, foi proposta uma agenda de pesquisa com base nas lacunas encontradas no campo de estudo.

5.3 AGENDA DE PESQUISA

Nos anos analisados houve um avanço significativo nos estudos sobre APL, pois inicialmente fazia-se análise de agrupamentos como alternativa de negócio para as empresas, mas em 2005 houve uma transformação com a inclusão das características de APLs, com destaque à inovação, à competição, à cooperação e à aprendizagem. Desde então as pesquisas se diversificaram, trazendo temas que vão desde gestão de competência, eficiência coletiva e governança, até seu efeito na taxa de crescimento do país.

Em 2010 se teve mais estudos bibliográficos, enquanto a necessidade está em investigar empiricamente as dinâmicas existentes nos APLs, conhecer os desafios enfrentados pelos APLs, as melhores práticas usadas neles, as tipologias para APL com base em estudo de semelhanças entre eles. Percebe-se também a necessidade de estudos de APLs em micro regiões, estudos de trajetória dos APLs, estudos em cadeias produtivas, desde a matéria prima até o produto final, pois reconhecidas as peculiaridades do APL, da região ou da cadeia, busca-se isolar as características e eventos em comum nos APLs, chegando-se a modelos aplicáveis ou pode-se dizer que se chega a uma certa comunidade de prática; assim entende-se que os APLs deixariam de ser algo desejado e desconhecido ao mesmo tempo e passaria a ser desejado e efetivado. Após identificadas as contribuições deixada pôde-se também sugerir dois temas pouco ou nunca trabalhados e que estão no auge das pesquisas de outras áreas, como por exemplo: a sustentabilidade e as questões socioambientais.

Como região a ser explorada em novas pesquisas indica-se a região centro-oeste onde está o estado de Mato Grosso do Sul que não possui nenhum artigo publicado. Também está o estado de Mato Grosso, que pouco foi pesquisado, principalmente por se tratar de um estado em pleno desenvolvimento e que sequer possui políticas públicas que incentivem a criação de APLs, e Brasília que não teve nenhum estudo de caso entre os estudos pesquisados. Quando finalizado o estudo também foi sentida a falta de estudos comparativos entre APLs consolidados, como o APL de Franca e o APL do Vale dos Sinos, seria muito interessante conhecê-los melhor.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho dedicou-se a estudar as publicações científicas em APLs no Brasil, configurando-se como uma oportunidade de pesquisa decorrente do APL ser um importante fenômeno que já se expressa no país e que, além disso, tem sido objeto de inúmeros estudos, contudo não há consenso diante de tantos conceitos e da falta de integração da teoria referente aos APLs, o que dificulta o progresso do conhecimento deste fenômeno.

O objetivo da dissertação foi analisar a produção científica sobre Arranjos Produtivos Locais publicada nos periódicos brasileiros de administração, economia e ciências sociais, na década 2001 a 2010. Para isso foi efetuado mapeamento das publicações científicas nacionais recentes sobre APLs, foram analisadas as características abordadas nos artigos à luz da literatura científica e foram verificadas as contribuições dadas pelos estudos sobre APLs selecionados.

A teorização sobre o tema iniciou-se com a origem e a evolução da ideia de APLs, reportando-se a Marshall, ainda no século XIX, estendendo-se ao longo do século XX, com destaque aos estudos internacionais, como a experiência italiana, e estudos nacionais como a experiência do Arranjo do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul. Foram atribuídas definições para APL a partir da contribuição de alguns artigos, além dos estudos mencionados, isto é, fazendo-o à luz da literatura existente e que enfoca a temática posta em estudo, de tal modo que o APL foi definido como um aglomerado de empresas, concentradas geograficamente, com atividades desenvolvidas de forma ligada e com relações com instituições correlatas. Em continuidade, para o desenvolvimento do presente estudo, foram destacadas as semelhanças e as diferenças dele com outros fenômenos similares e foram apresentadas algumas das características mais usuais para APLs.

O estudo foi aprofundado com o desenvolvimento das categorias de análise com base nas características pré-selecionadas, estabelecendo-se como categorias: a competição, a inovação, a cooperação, os ganhos, a governança, as políticas públicas e o desenvolvimento local e, para auxiliar no momento de análise, elaborou-se, com a contribuição de alguns autores, uma moldura de análise. Para executar a pesquisa, aplicou-se uma meta-análise, pois, nela, é feito tratamento simultâneo de diversos dados, oriundos de pesquisas realizadas anteriormente, de forma separada umas das outras.

Quando elaborada a análise por termos, identificaram-se 22 revistas, entre elas, as duas que mais publicaram artigos sobre APLs e que são da área de economia. Entre os estudos

predominaram os teórico-empíricos, com estudos de caso, constatando-se quase 50% da bibliografia com referências internacionais, por fim, notando-se que o autor mais atuante, que mais publicou, foi Stallivieri, seguido de Britto, Campos, Tatsch e Garcia.

Através da análise por categorias quantitativas, chegou-se à cooperação e à inovação como categorias mais adotadas nos estudos sobre APL, mas o que pode ser visto, da mesma forma, é que a publicação de artigos com as categorias sofre influência do universo da revista, por exemplo, a revista *Ensaio FEE* publicou mais artigos com as categorias cooperação e ganhos, seguidas das políticas públicas, desenvolvimento local e inovação, deixando evidente a atuação das políticas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e a sua preocupação em divulgar a cooperação e os ganhos advindos dela. Quanto à análise de conteúdo, observou-se, de modo geral, que a diversidade maior de conceituações está nos artigos, talvez pelo fato de não se ter concentração de publicações em poucos autores. Verificou-se também que os artigos complementam o referencial bibliográfico e vice-versa, apesar de se ter quase 50% de bibliografias internacionais consultadas; nos artigos, é comum encontrar experiências brasileiras, como estudo.

Deve-se registrar, neste ponto, que a pesquisa teve suas limitações, uma delas foi ter que deixar de lado as publicações internacionais e as revistas com Qualis B3, B4, B5 e C, devido ao reduzido tempo para execução do estudo. Outra limitação, que deve ser reconhecida, foi o uso reduzido de métodos estatísticos, o que, contudo, não inviabiliza os resultados alcançados, tendo em vista a sistematização que foi dada, servindo como base para novos estudos na área.

Com todas as informações geradas neste estudo, espera-se ter contribuído para o desenvolvimento de pesquisas na área através da sistematização da produção científica sobre APLs, promovendo, ademais, a divulgação dos estudos para que embasem novas pesquisas e que sejam sequência dos estudos e assim não se tornarão meras repetições. Como decorrência deste estudo almeja-se o estímulo necessário ao fomento de APLs. Ao concluir, pode-se dizer que os estudos sobre APLs tiveram temas bem diversificados, o que demonstra a preocupação dos pesquisadores em conhecer mais profundamente este fenômeno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA, Maurício. **O Princípio da Cooperação**: em busca de uma nova racionalidade. São Paulo: Paulus, 2002.

AMATO NETO, João. **Redes de Cooperação Produtivas e Clusters Regionais**: Oportunidades para as Pequenas e Médias Empresas. São Paulo: Atlas, 2000.

ANDRADE, Letícia B. A abordagem dos meios inovadores no Rio Grande do Sul: uma análise empírica do Programa Redes de Cooperação. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v.30, p.577-614, out. 2009.

BALESTRIN, Alsones; VERSCHOORE, Jorge R. **Redes de Cooperação Empresarial**. Estratégias de gestão na nova economia. Porto Alegre: Bookman, 2008.

BECATTINI, Giacomo. Os distritos industriais na Itália. In: COCCO, Giuseppe; URANI, André; GALVÃO, Alexander Patez. **Empresários e empregos nos territórios produtivos**: O caso da terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain. **As regiões ganhadoras**: Distritos e Redes os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras: Celta, 1994.

BEUREN, Ilse Maria. et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: Teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

BEUREN et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: Teoria e prática. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BEUREN et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: Teoria e prática. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Manual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais**. Brasília, 2006.

BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc. **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais**: os pólos da prática metodológica. 5.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento e desenvolvimento local e municipal sustentável**: material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos de planejamento local e municipal. Brasília, DF: Ministério Extraordinário de Política Fundiária, 1999.

CANDIDO, Genivaldo Ataíde; ABREU, A.F. Aglomerados industriais para pequenas e médias empresas como mecanismo de promoção para o desenvolvimento regional. **READ**, v.26, n.26, 2000.

CANDIDO, Genivaldo Ataíde. A formação de redes interorganizacionais como mecanismo para geração de vantagem competitiva e para formação do desenvolvimento regional: o papel do estado e das políticas públicas neste cenário. **REAd**, v.8, n.4, 2002.

CÁRIO, Silvio A.; PEREIRA, Laércio B.; SCHÜNEMANN, Achilles J. **Características da estrutura de mercado e do padrão de concorrência de setores industriais selecionados de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2002.

CASAROTTO, Nelson Filho; AMATO, João Neto. Cooperação entre pequenas, garantia de mutualista e desenvolvimento regional: reflexões sobre sistemas de garantia de crédito. **REAd**, v.13, n.3, set.-dez. 2007.

CASAROTTO, Nelson Filho; PIRES, Luis Henrique. **Redes de Pequenas e Médias Empresas e desenvolvimento local**: Estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. São Paulo: Atlas, 1999.

CASSIOLATO, José E; LASTRES, Helena M.M. O foco em arranjos produtivos e inovativos de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, Helena M.M.; CASSIOLATO, José E.; MACIEL, Maria L. (Orgs.) **Pequena Empresa**: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CASSIOLATO, José E, et al. **Systems of innovation and development**: evidence from Brazil. Massachusetts: Edward E. Publishing, 2003.

CASTILHOS, Clarisse C. (Org.). **Programa de Apoio aos Sistemas Locais de Produção**: a construção de uma política pública no RS. Porto Alegre: FEE/SEDAI, 2002.

CATTANI, Antonio. et al (orgs.) **Dicionário internacional da outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**. 3.ed. São Paulo: MacGraw-Hill do Brasil, 1983.

CLEMENTE, Ademir; HIGACHI, Hermes Y. **Economia e desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2000.

COCCO, Giuseppe; URANI, André; GALVÃO, Alexander Patez. **Empresários e empregos nos territórios produtivos: O caso da terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

COLEMAN, James S. **Foundations of social theory**. Cambridge: Harvard Universit Press, 1990.

CONFEDERAÇÃO Nacional da Indústria. **Agrupamentos (Clusters) de pequenas e médias empresas**. Brasília, 1998.

COOPER, Cary L.; ARGYRIS, Chris. **Dicionário Enciclopédico de Administração**. São Paulo: Atlas, 2003.

COSTA, Achyles Barcelos da; COSTA, Beatriz Morem da. Cooperação e Capital Social em arranjos produtivos locais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA - ANPEC, 33, 2005. **Anais Eletrônicos**. Natal: ANPEC, 2005.

COSTA, Achyles Barcelos da; COSTA, Beatriz Morem da. Instituições e Competitividade no Arranjo Calçadista do Vale dos Sinos. **Análise Econômica**, Ano 27, n.52, p.253-83, set. 2009.

CRUZ, Paulo Roberto Araujo Filho. **Governança e Gestão de Redes na Esfera Pública Municipal**: O caso da rede de proteção à criança e ao adolescente em situação de risco para a violência em Curitiba. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração) – PUC-PR, 2006.

DOSI, Giovanni. Sources, Procedures, and Microeconomic: Effects of Innovation. **Journal of Economic Literature**, v.XXVI, p.1120-71, 1988.

EIRIS, Vasco. Redes de conhecimento: Estudo de um caso sobre a relação Universidade-Empresa. **RAC-Eletronica**, v.1, n.2, p.172-86, maio/ago. 2007.

ERBER, Fábio S. Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentado o conceito. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v.18, n.1, 2008.

FERRAZ, João Carlos; KUPFER, David; HAGUENAUER, Lia. **Made in Brazil**: Desafios competitivos para a indústria. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996.

FRANSMAN, Martin. **Information, Knowledge, Vision and theories of the firm**. [s.l.]: Oxford University, 1994.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da Imersão. **RAE-eletrônica**, São Paulo, v.6, n.1, jan.-jun. 2007.

GUARESCHI, Neuza. et al. Problematizando as Práticas Psicológicas no Modo de entender a Violência. In: **Violência, Gênero e Políticas Públicas**. 2004.

GULATI, Ranjay; NOHRIA, Nitin; ZAHEER, Akbar. Strategic networks. **Strategic Management Journal**, v. 21, p. 203-215, 2000.

GULATI, Ranjay; GARGIULO, Martin. Where do Interorganizational networks come from? **The American Journal of Sociology [AJS]**, v.104, n.5, p.1439-93, 1999.

GULATI, Ranjay. Alliances and Networks. **Strategic Management Journal**, v.19, p.293-317, 1998.

HANSEN, Peter Bent. Proposta de modelo para avaliação sistêmica do desempenho competitivo de arranjos produtivos: o caso do arranjo coureiro-calçadista do Vale dos Sinos (RS - Brasil). **Produção e Produção**, v.10, n.3, p.61-75, 2009.

HASTENREITER, Horácio Nelson Filho. **As relações de suporte suportam ou são suportadas pelas redes interorganizacionais?** 2005. 211 f. (Doutorado em Administração) – Programa de Doutorado em Administração. Universidade Federal da Bahia, Salvador: BA, 2005.

HUMPHREY, John; SHMITZ, Hubert. **Governance and upgrading: Linking industrial cluster and global value chain research.** [s.l.]: Institute of Development Studies, 2000.

JABBOUR, Charbel José Chiapetta; SANTOS, César Almada; BARBIERI, José Carlos. Gestão Ambiental Empresarial: um levantamento da produção científica Brasileira divulgada em periódicos da área de administração entre 1996 e 2005. **RAC**, v.12, n.13, 2008.

LASTRES, Helena M.M.; CASSIOLATO, José E.; ARROIO Ana. **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Contraponto, 2005.

LASTRES, Helena M.M.; CASSIOLATO, José E. **Globalização e inovação localizada: Experiências de sistemas locais no mercosul.** Brasília: IBICT/MCT, 1999.

LASTRES, Helena M.M.; CASSIOLATO, José E. **Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais.** Disponível em: <http://www.redesist.ie.ufrj.br>. Acesso em: 07 jul. 2011.

LASTRES, Helena M.M.; CASSIOLATO, José E.; ALBAGLI, Sarita. **Informação e globalização na era do conhecimento.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LE BOURLEGAT, Clénice Alexandre. Princípios de organização e desempenho de um modelo econômico agroindustrial emergente no centro-oeste: o caso do APL de fécula de mandioca. In: LASTRES, Helena M.M.; CASSIOLATO, José E. (Org.). **Estratégias para o desenvolvimento: um enfoque sobre APLs do norte, nordeste e centro-oeste brasileiro.** Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

LISBOA, Armando de Melo. Amarrando o arado a uma estrela. Economia solidária e a construção de uma sociedade mais justa. In: NEUTZLING, Inácio (Org.). **Bem comum e solidariedade.** São Leopoldo: Unisinos, 2003.

MACEDO-SOARES, T. Diana L.V.A. An integrative model for strategic management analysis: application to organization in Brazil. **Informis-Korms Conference**, Seoul, p.460-467, 2000.

MALERBA, Franco; ORSENICO, Luigi. Technological regimes and sectoral patterns of innovative activities. In: DOSI, Giovanni; MALERBA, Franco (Org.). **Organization and strategy in the evolution of the enterprise.** [s.l.]: Macmillan Press, 1997. p.1-24.

MALERBA, Franco. Sectoral systems and innovation and technology policy. **Workshop: frontiers of innovation research and policy**. Org. by Instituto de Economia UFRJ e Institute of Innovation at the University of Manchester, RJ, 25-27, 2002.

MARKUSEN, Ann. Areas de atração de investimentos em um espaço econômico cambiante: uma tipologia de distritos industriais. **Nova Economia**, v.5, n.2, p.9-43, 1995.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

OLIVEIRA, Verônica Macário; CANDIDO, Gesinaldo Ataíde. As contribuições dos Conceitos e Modelos de Redes Organizacionais no Setor Varejista: Um estudo exploratório em pequenos supermercados no Estado da Paraíba. **REAd**, v.15, n.3, set.-dez. 2009.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: EDUSP, 1999.

ORSENICO, Luigi. Technological regimes, patterns of innovative activities and industrial dynamics: A survey of empirical evidence and of some theoretical models. **Cahiers d'économie et sociologie rurales**, n.37, 1995.

PEDROSO, Eugenio Ávila; PEREIRA, Breno Augusto Diniz. Empreendedorismo coletivo é possível? Uma análise do processo de constituição de relacionamentos cooperativos em rede. **REAd**, v.12, n.4, 2006.

PEREIRA, Breno Augusto Diniz; VENTURINI, Jonas Cardona; VISENTINI, Monize Sâmara. Estruturação de relacionamentos horizontais em rede. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v.12, n.5, 2006.

PEREZ, Carlota. Cambio Tecnológico y oportunidades de desarrollo como blanco móvil. **Revista da CEPAL**, Santiago do Chile, p.24-65, dez. 2001.

PORTER, Michael E. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTER, Michael E. **Competição**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

PORTER, Michael E. **Estratégia Competitiva: Criando e sustentando um desempenho posterior**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

POWELL, Walter W. Neither market, nor hierarchy: Network forms of organization. **Research in organizational behaviour**, v.12, 1990.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

PUTNAM, Robert D. **Making democracy work**. Civic traditions in modern Italy. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993.

RABELO, Francisco Chagas E.; BERNARDES, Genilda D'Arc (Org.). **Políticas Públicas e Sociedade Civil**. Goiânia: Câne Editorial, 2004.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

RODRIGUES, Ralph Santiago Leal de C. **Aglomerções de empresas e cadeias produtivas globais**: Um estudo em arranjos produtivos locais selecionados em Santa Catarina. 2007. 217f. (Mestrado em Economia) - Programa de pós-graduação em Economia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2007.

ROSEMBERG, Nathan. **Perspectives on Technology**. Londres: Cambridge, 1976.

SANTOS, Fabiana; CROCCO, Marco; SIMÕES, Rodrigo. Arranjos Produtivos informais: uma análise de componentes principais para Nova Serrana e Ubá – Minas Gerais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.24, n.1, p.177-202, 2003.

SANTOS, Tânia Steren. Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para a pesquisa social. **Revista Sociologia**, Porto Alegre, v.11, n.21, 2009.

SCHMITZ, Hubert; NADVI, Khalid. Clustering and Industrialization; introduction. **World Development**, v.27, n.9, p.1503-14, 1999.

SCHMITZ, Hubert. Eficiência coletiva: Caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.18, n.2, p.164-200, 1997.

SCHMITZ, Hubert. Pequenas Empresas e especialização flexível em países menos desenvolvidos. In: PADRÕES TECNOLÓGICOS E POLÍTICAS DE GESTÃO: COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS. **Anais São Paulo**, USP/UNICMP/BID, p.151-89, 1989.

SCHMITZ, Hubert. Sistemas Locais de Produção e desafios globais: a indústria calçadista no Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul. In: CASTILHOS, Clarisse Chiappini (Org.). **Programa de apoio aos sistemas locais de produção: a construção de uma política pública no RS**. Porto Alegre: FEE; SEDAI, 2002.

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2.ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

SEBRAE. Disponível em:
<http://www.agenciasebrae.com.br/noticia.kmf?canal=214&cod=10372405>. Acesso em: 22 nov. 2010.

SFORZI, Fabio. Local Development in the experience of Italian Industrial districts: In BECATTINI, Giacomo. et al. **From Industrial Districts to Local Development: An Itinerary of Research**. Cheltenham, UK; Northampton, MA: Edward Elgar, 2003.

SILVA, Manoel Lopes da. **Perspectivas Weberianas da Sociedade Rede**. Disponível em:
<http://bocc.ubi.pt/pag/silva-lopes-perspectivas-weberianas.pdf>. Acesso em: 04 set. 2009.

SOUZA, Celina. Estado de campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.18, n.51, fev. 2003.

STAINSACK, Cristiane. Cooperação estratégica em arranjos produtivos locais: a experiência da metodologia investigação apreciativa no planejamento do desenvolvimento industrial no Estado do Paraná. In: SEMINÁRIO LATINO-IBEROAMERICANO DE GESTIÓN TECNOLÓGICA - ALTEC, 11, 2005. **Anais Eletrônicos**. Londrina: IELPR, 2005.

SUZIGAN, Wilson; GARCIA, Renato; FURTADO, João. Estruturas de governança em arranjos ou sistemas locais de produção. **Revista Gestão & Produção**, São Carlos, v.14, n.2, 2007.

SWEDBERG, Richard. Markets as Social Structures. In: SMELSER, Neil J.; SWEDBERG, Richard. **The Handbook of Economic Sociology**. New Jersey: Princeton University Press, 1994.

TEIXEIRA, Francisco. **Gestão de Redes de Cooperação Interempresariais**. Salvador: Casa da Qualidade, 2005.

THUMS, Jorge. **Acesso à realidade**: Técnicas de pesquisa e construção do conhecimento. Canoas: Editora Ulbra, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VAN DER LINDE, Claas. The Demography of clusters. Finding from the Cluster Meta-study. In: BRÖCKER, Johannes; DOHSE, Dirk; SOLTWEDEL, Rüdiger (Eds.). **Innovation Clusters and Interregional Competition**. Berlin, Heidelberg, New York: Springer, 2003. p.130-49.

VAZQUEZ, Felipe Ferraz. **Estudos sobre as capacidades produtiva e inovativa das empresas de arranjo produtivo local de software de Florianópolis SC**. 2007. 249 f. (Mestrado em economia) – Programa de pós-graduação em Economia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2007.

VERSCHOORE, Jorge Renato. Redes de Cooperação: Concepções teóricas e verificações empíricas. **Redes de cooperação**: Uma nova organização de Pequenas e Médias Empresas no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FEE, 2004.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

WEGNER, Douglas; PADULA, Antonio Domingos. Tendências da cooperação em redes horizontais de empresas: o exemplo das redes varejistas da Alemanha. **Revista de Administração**, v.45, n.3, p.221-37, jul./ago./set. 2010.

WICHT, Juan Julio. Empleo y desarrollo en el mundo: exigencias éticas de la solidaridad. In: SCHNEIDER, José Odelso (Org.). **Economia e ética**. São Leopoldo: Unisinos, 2000.

WILLIAMSON, Oliver E. **The Mechanisms of Governance**. New York: Oxford University Press, 1996.

WOLF, Fredric M. **Meta-analysis**: Quantitative methods for research synthesis. London: SAGE Publications, 1986.

ZACARELLI, Sérgio Baptista. et al. **Clusters e rede de negócios**: Uma visão para a gestão dos negócios. São Paulo: Atlas, 2008.

ZAWISLAK, Paulo A.; RUFFONI, Janaína; VIEIRA, Cristina R.B. A constituição de Sistemas de Inovação e Produção no Rio Grande do Sul: uma análise das redes de empresas de conservas, moveleiras, de máquinas e implementos agrícolas e de autopeças. In: CASTILHOS, Clarisse Chiappini (Org.). **Programa de Apoio aos Sistemas Locais de Produção**: a construção de uma política pública no RS. Porto Alegre: FEE/SEDAI, 2002.

APÊNDICE A – FICHA DE ANÁLISE DE ARTIGO

Análise de artigo

Artigo <input type="text"/>								
Revista <input type="text"/>								
Controle <input type="text"/>								
<p align="center">Categoria</p> <input type="checkbox"/> Competição <input type="checkbox"/> Inovação <input type="checkbox"/> Cooperação <input type="checkbox"/> Ganhos <input type="checkbox"/> Governança <input type="checkbox"/> Políticas Públicas <input type="checkbox"/> Desenvolvimento Local <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<p align="center">Artigo/Revista</p> <p>Dados <input type="text"/></p> <table border="1" style="width: 100%;"> <tr><td align="center">Publicação</td></tr> <tr><td align="center">Ano</td></tr> <tr><td> </td></tr> <tr><td align="center">Termo(s) Usado(s)</td></tr> <tr><td> </td></tr> </table>	Publicação	Ano		Termo(s) Usado(s)		<p align="center">Metodologia</p> <p><input type="radio"/> Teórico</p> <p><input type="radio"/> Empírico</p> <p><input checked="" type="radio"/> Teórico empírico</p>	
Publicação								
Ano								
Termo(s) Usado(s)								
<p align="center">Objetivo</p> <p>Descrição <input type="text"/></p> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<p align="center">Contribuição</p> <p>Descrição <input type="text"/></p> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<p align="center">Novas linhas geradas</p> <p>Agenda <input type="text"/></p> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>						
<p align="center">Referências</p> <p>Descrição <input type="text"/></p> <table border="1" style="width: 100%;"> <tr><td align="center">Nacional</td></tr> <tr><td> </td></tr> <tr><td align="center">Internacional</td></tr> <tr><td> </td></tr> </table> <table border="1" style="width: 100%;"> <tr><td align="center">Total</td><td> </td></tr> </table>	Nacional		Internacional		Total		<p>Região em estudo:</p> <p>Setor em estudo:</p> <p>Foco no social: ()</p>	
Nacional								
Internacional								
Total								

APÊNDICE B – TABELAS DE CONTRIBUIÇÃO POR REVISTAS

Tabela 4. Contribuição da Revista de Administração Mackenzie

ARTIGO	AUTOR	CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA
Gestão por competências nas pequenas empresas do APL de bonés da cidade de Apucarana (PR): seu entendimento e suas práticas em confronto com as perspectivas teóricas.	Cassandre, M. P. Endrici, J. O. M. Vercesi, C. (2008)	Contribuiu para o entendimento dos gerentes/ administradores atuantes no arranjo produtivo local (APL) de bonés da cidade de Apucarana em relação à gestão por competências.
O arranjo produtivo de Franca (SP): um estudo sobre a produtividade da mão – de – obra nas empresas fabricantes de calçados.	Moori, R. G. Perera, L. C. J. (2005)	Contribuiu para o desempenho da produtividade da mão – de – obra individual e agregada das empresas que compõem o arranjo produtivo de fabricação de calçados do município de Franca.

Tabela 5. Contribuição da Revista de Economia / Anpec

ARTIGO	AUTOR	CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA
Processos de aprendizagem e inovação em setores tradicionais: os arranjos produtivos locais de confecções no Brasil.	Cassiolo, J. E. Campos, R.R Stallivieri, F. (2007)	Proporcionou condições dos processos de aprendizagem tecnológica em setores industriais tradicionais enfatizando os esforços internos das empresas, a utilização das fontes de informações externas a elas, e as características das inovações resultantes destes processos.

Tabela 6. Contribuição de Cadernos Ebape

ARTIGO	AUTOR	CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA
Ambiente, pessoas e labor: APLs além do desenvolvimento econômico na mineração de opalas e Pedro II, no Piauí.	Milanez, B. Puppim, J. A. (2009)	Demonstrou que políticas públicas voltadas para os APLs tem um importante potencial para melhorar o desempenho dos pequenos garimpos e minas de gemas no Brasil, desde que integrem questões ambientais e sociais voltadas ao desenvolvimento econômico.

Tabela 7. Contribuição da Revista de Administração Contemporânea (Online)

ARTIGO	AUTOR	CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA
Capacidade tecnológica de micro e pequenas empresas em arranjos produtivos locais: um estudo no segmento de materiais plásticos.	Scheffer, J. Cario, S.A.F. Nicolau, J. A. (2008)	Analisou os processos de inovações tecnológicas das micro e pequenas empresas dos arranjos produtivos de materiais plásticos na região sul do estado de Santa Catarina.
A análise de agrupamentos como instrumento de apoio à melhoria da qualidade dos serviços aos clientes.	Moori, R.G. Marcondes, R. C. Ávila, R. T.(2002)	Deixou a aplicação da análise de agrupamentos, como instrumento para agregar produtos – chaves da empresa como características similares para priorizar a qualidade de serviços aos clientes.

Tabela 8. Contribuição da Revista Ensaios FEE

ARTIGO	AUTOR	CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA
Arranjos produtivos locais informais: uma análise de componentes principais para Nova Serrana e Ubá – Minas Gerais.	Santos, F., Crocco M., e Simões, R. (2003)	Explicitou as “circunstâncias especiais” responsáveis pela diferença de performance entre dois arranjos similares – o arranjo produtivo calçadista de Nova Serrana e o arranjo produtivo moveleiro de Ubá.
A dimensão local e os arranjos produtivos locais: conceituações e implementações em termos de políticas de desenvolvimento industrial e tecnologia.	Tatsch, A. L. (2004)	Discutiu as contribuições da literatura no que tange à relevância da dimensão focal para a inovação e, portanto, dos arranjos locais, bem como examinou as possíveis políticas de promoção desse tipo de conformação industrial.
Aglomerados industriais e desenvolvimento socioeconômico: uma análise multivariada para Minas Gerais.	Rodrigues, C. G. e Simões, R. (2005)	Discutiu a influência das atividades industriais e sua concentração espacial nos indicadores de desenvolvimento social.
Economias externas e vantagens competitivas dos produtores e sistemas locais de produção: as visões de Marshall e Porter.	Garcia, R. (2005)	Examinou as contribuições de três autores importantes neste debate, Marshall, Krugman e Porter, no que se refere aos ganhos de competitividade gerados pelas economias externas incidentais, dado que eles não consideram a possibilidade de construção conjunta de externalidades.
A inserção de arranjos produtivo local (APL) moveleiro de Bento Gonçalves na cadeia produtiva de madeira e móveis.	Macadar, B. M. (2006)	Descreveu e analisou o caso do arranjo produtivo local (APL) moveleiro de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, visando identificar os gargalos que dificultam o aproveitamento integral dos benefícios estáticos e dinâmicos dessa aglomeração industrial.
O arranjo de máquinas e implementos agrícolas do Rio Grande do Sul: infra – estrutura produtiva, educacional e institucional.	Tatsch, A. L. (2008)	Caracterizou o arranjo de máquinas e implementos agrícolas localizado na região noroeste do RS, através da descrição dos atores nele presentes, bem como do entendimento de seus papéis e das formas de articulação entre eles.
Crescimento e concentração no sistema local de produção de máquinas e implementos agrícolas do RS.	Kapron, S. R. e Reis, C. N. (2008)	Tratou da política pública de promoção dos sistemas locais de produção (SLPs) do RS (1999-02) e realizou uma investigação empírica sobre a evolução recente do crescimento e da concentração da produção entre estabelecimentos no sistema local de produção de máquinas e implementos agrícolas do RS.
O (sub) desenvolvimento na teoria e na política: um possível diálogo contemporâneo entre Celso F. e Milton S. acerca dos novos arranjos produtivos.	Linhares, L. (2009)	Avaliou os arranjos produtivos locais enquanto padrão planejado de desenvolvimento no Brasil Contemporâneo.
Inovação, aprendizagem e cooperação no arranjo de máquinas e implementos agrícolas do Rio Grande do Sul.	Tatsch, A. L. (2009)	Analisou o padrão de inovação, os processos de aprendizagem e as relações de cooperação no arranjo de máquinas e implementos agrícolas no Rio Grande do Sul.

Tabela 9. Contribuição da Revista Estudos Econômicos

ARTIGO	AUTOR	CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA
Indicadores para análise da dinâmica inovativa em arranjos produtivos locais: uma análise exploratória aplicada ao arranjo eletro metal mecânico de Joinville/SC.	Stallivieri, F. Campos, R. R. e Britto, P. (2009)	Construiu indicadores para a análise destas aglomerações.
A evolução das configurações produtivas locais no Brasil: uma revisão da literatura.	Hasenclever, L. e Zissimos, I. (2006)	Analizou criticamente esses estudos sobre o Brasil e a forma como os grupos de pesquisa tomaram emprestado definições e modelos das diferentes escolas e programas de pesquisas fundados em contextos diferentes da realidade brasileira.

Tabela 10. Contribuição da Revista Nova Economia

ARTIGO	AUTOR	CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA
Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito.	Erber, F. S. (2008)	Comentou o conceito de arranjo produtivo local, caracterizando – as como aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, que têm o foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos entre si, e que vem ganhando importância como objeto de estudo acadêmico e de políticas públicas.

Tabela 11. Contribuição da Revista Produção

ARTIGO	AUTOR	CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA
Alocação de pedidos em aglomerados industriais calçadista: modelos e estudo de caso.	Souza, G. B. e Fernandes, F. C. F. (2005)	Deixou propostas de soluções (modelos matemáticos) para a alocação de pedidos em aglomerados industriais calçadista.
Conhecimento e inovação em sistemas locais de produções de revestimento cerâmicos e os novos desafios da concorrência internacional.	Scur, G. e Garcia, R. (2008)	Contribuiu para a compreensão das novas dinâmicas de geração de conhecimento e inovação em sistemas locais de produções a partir da concorrência internacional.
Uma análise comparativa entre sistemas de inovações e o diamante de Porter na abordagem de arranjos produtivos locais.	Souza, S. D. C. e Arica, A. (2006)	Sugeriu o tratamento de arranjos produtivos locais através de uma perspectiva baseada em princípios evolucionários.
Mudança tecnológica e estratégica em um arranjo produtivo do setor ceramista.	Souza, S. D. C. e Arica, J. (2006)	Abordou o estudo da dinâmica competitiva das empresas em Apl.

Tabela 12. Contribuição da Revista Gestão e Produção

ARTIGO	AUTOR	CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA
Estrutura de governança em arranjos ou sistemas locais de produção.	Suzigan, W. Garcia, R. Furtado, J. (2007)	Fundamentou discussão sobre governança em arranjos ou sistemas locais de produção, trouxe fatores que condicionam a existência e a forma da governança, além de trazer uma abordagem analítica sobre o tema.
Conceito e espaço da pequena empresa na estrutura industrial: heterogeneidade e formas de inserção.	Souza, M.C. A. F. e Mazzali, L (2008)	Deixou elementos que permitam ampliar o debate sobre o conceito de pequena empresa e identificou os possíveis espaços na estrutura industrial, avaliando os condicionantes de sua sobrevivência.
Proposta de um sistema de avaliação do desenvolvimento para arranjos produtivos locais.	Galdámez, E. V. G., Carpinetti, L. C. R. e Gerolamo, M. C. (2009)	Elaborou um sistema de medição do desempenho que dê suporte ao processo de gestão de desempenho do APL.
Potencial para implantação da produção mais limpa em sistemas locais de produção: o pólo joalheiro de São José do Rio Preto.	Domingues, R. M. e Paulino, S. R. (2009)	Explorou as oportunidades para a integração da dimensão ambiental em um grupo de empresas do pólo joalheiro de São José do Rio Preto.

Tabela 13. Contribuição da Revista de Economia Contemporânea

ARTIGO	AUTOR	CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA
Competitividade presente e esperada de arranjos produtivos de calçados na Paraíba.	Kehrle, L. Moutinho, L. (2005)	Analisou a competitividade presente e esperada de arranjos produtivos de calçados na Paraíba.
Capacitações tecnológicas de micro e pequenas empresas inseridas em redes tecnológicas: o caso de eletrometal – mecânica em Joinville (SC).	Stallivieri, F. Campos, R. Brito, J. (2007)	Explorou as distintas características relacionadas ao esforço de capacitação, à aprendizagem, à realização de atividades cooperativas e ao desempenho inovativo, de micro e pequenas empresas (MPEs) do arranjo eletrometal – mecânico da microrregião de Joinville, a partir da inserção dessas em redes tecnoprodutivas específicas
Cooperação institucional como estratégia inovativa: o caso do APL de confecções em Campinas Grande (PB).	Cavalcanti Filho, P. F. M. B. Moutinho, L. M. G. (2007)	Desenvolveu o estudo do arranjo produtivo local (APL) de confecções em Campina Grande, na Paraíba.
Sistemas e arranjos produtivos locais: o caso pólo de informática de Ilhéus (BA).	Ferreira Junior, H. M. Santos, L. D. (2006)	Discutiu o papel da proximidade territorial no processo de desenvolvimento produtivo e inovativo de empresas inseridas em aglomerações produtivas locais.
Instituições informais e governanças em arranjos produtivos locais.	Vilpoux, O. F. Oliveira, E. J. (2010).	Abordou a valorização das regiões as nações de arranjos e sistemas produtivos locais passaram a ocupar uma posição de destaque no Brasil.

Tabela 14. Contribuição da Revista de Administração Eletrônica (Online)

ARTIGO	AUTOR	CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA
O institucionalismo e abordagem das interações estratégicas da firma.	Bronzo, M. e Honório, L. (2005)	Desenvolveu uma perspectiva multidisciplinar para o estudo do comportamento das empresas e demais instituições no capitalismo contemporâneo.

Tabela 15. Contribuição da Revista de Economia e Sociologia Rural

ARTIGO	AUTOR	CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA
Análise de arranjos para a extração de óleos vegetais de suprimento de usina de biodiesel.	Sartori, M. A. Perez, R. Silva Junior, A. G. Machado, S. R. S. Santos, M. M. S. Miranda, C. A. C. (2009)	Realizou uma avaliação técnico – econômica da implantação de unidades de arranjos para a extração de óleos vegetais buscando a inserção da agricultura familiar na cadeia de produção do biodiesel.
Determinantes da escolha de arranjos institucionais: Evidências de comercialização de fertilizantes para soja.	Leme, M. F. P. Zylbersztn, D. (2008)	Estudou empiricamente os fatores determinantes da escolha do produtor de soja entre arranjos alternativos para aquisição de fertilizantes.
Território, cooperação e inovação: um estudo sobre o arranjo produtivo Pingo D' água.	Teixeira, K. H. Amaral Filho, J. Mayorga, R. D. Mayorga, M. I. O. (2006)	Analizou o APL, de agricultura irrigada, Pingo D' água em Quixeramob, Ceará.

Tabela 16. Contribuição da Revista São Paulo em Perspectiva

ARTIGO	AUTOR	CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA
Localização, inovação e aglomeração: o papel das instituições de apoio às empresas no estado de São Paulo	Suzigan, W. Cerrón, A. P. M. Diegues Junior, A. C. (2005)	Buscou a relação entre a distribuição geográfica da rede de instituições de apoio às empresas e a formação de SLPs no estado de São Paulo.
Cidades inteligentes inovação no meio urbano.	Duarte, F. (2005)	Analizou como o desenvolvimento dos pólos de inovação tecnológica pode ser incorporado nos processos de gestão urbana, especialmente em projetos de recuperação de áreas urbanas.
Simple aglomerados ou sistemas produtivos inovadores? Limites e possibilidades para a indústria do vestuário na metrópole paulista.	Brito, M. G. e Bernardes, R. (2005)	Abordou a influência do espaço local na formação de configurações produtivas inovadoras do município de São Paulo.

Tabela 17. Contribuição da Revista de Administração Pública

ARTIGO	AUTOR	CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA
Governança e gestão em redes empresariais: análise de três arranjos produtivos locais (APL) de confecções no estado do RJ.	Villela, L. E. Pinto, M. C. S. (2009)	Avaliou dificuldades encontradas em redes empresariais situadas em três cidades no Rio de Janeiro Cabo Frio, Petrópolis e Nova Friburgo – para a condução de uma governança sustentada na participação e na deliberação dos atores envolvidos nos APLs ali existentes.
O impacto das políticas públicas no desenvolvimento de arranjos produtivos locais: o caso do APL de ovinocaprinocultura em Quixadá, Ceará.	Barroso, J. A. Soares, A. A. C. (2009)	Analizou o impacto de políticas de desenvolvimento e fortalecimento de APLs, ilustrando a eficácia dessa política, através de um estudo de caso de sucesso em um APL de ovinocaprinocultura na região Nordeste do Brasil.

Tabela 18. Contribuição da Revista de Administração

ARTIGO	AUTOR	CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA
Aglomeração industrial de petróleo e gás da região produtora da Bacia de Campos – Sistema de conhecimento, mudanças tecnológicas e inovação.	Silvestre, B. S. e Dalcol, P. R. T. (2008)	Investigou a aglomeração industrial de petróleo e gás da região produtora da Bacia de Campos (Rio de Janeiro) e a possibilidade dessa concentração geográfica de firmas, independentes de suas diversas nomenclaturas (cluster, milieu, rede, distrito industrial, arranjo, sistema local, entre outras), construir em fator que contribui para as atividades inovadoras das empresas ali situadas.

Tabela 19. Contribuição da Revista Organização e Sociedade

ARTIGO	AUTOR	CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA
Arranjos socioprodutivos de base comunitária: arranjos produtivos locais pensados como arranjos institucionais. O caso de Mondragón corporação cooperativa.	Sampaio, C. A. Leon, I. C. Dallabrida, I. S. e Pellin, V. (2008)	Discutiu arranjos sócio-produtivos de base comunitária, partindo da complementaridade dos conceitos de arranjos produtivos locais e arranjos institucionais, sob a perspectiva da socioeconômica.
A comunidade de prática da rede NÓS : colaborando e compartilhando conhecimentos em arranjos produtivos locais.	Maria, A. S. R. I. Faria, V. C. M. e Amorim, A. A. (2008)	Analisou a história da CoP da rede NÓS, focada no tópico arranjo produtivo local (APL).
Políticas públicas para o desenvolvimento regional e local que podemos aprender com os arranjos produtivos locais (APLs)	Teixeira, F. (2008)	Apresentou e discutiu os resultados dos trabalhos feitos com 53 APLs, focando em algumas questões levantadas pela literatura.
O capital social nas aglomerações produtivas de micro e pequenas empresas: estudo de um arranjo produtivo turístico.	Barros, F. S. O. e Moreira, M. V. C. (2006)	Analisou a organização dos diversos atores no território do arranjo produtivo turístico de Canoa Quebrada – CE, sob a ótica das dimensões do capital social.

Tabela 20. Contribuição da Revista Interações

ARTIGO	AUTOR	CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA
Cooperação, interação e aprendizagem no arranjo produtivo local de equipamentos e implementos agrícolas do Paraná.	Iacono, A. Nagano, M. S. (2010).	Apresentou uma análise sobre as relações de cooperação, interação e aprendizagem entre os diversos tipos de atores conformados em um arranjo produtivo local.
Transferência de conhecimento em sistemas regionais de inovação: a perspectiva do caso Vale do Silício Californiano.	Ganzert, C. C. e Martinelli, D. P. (2009)	Discutiu as conexões estabelecidas e, prol da transferência de conhecimento tácito ou explícito entre sistemas regionais de inovação utilizando como modelo de transferência o caso do vale do Silício.
Sistemas de inovação e promoção tecnológica regional e local no Brasil.	Veloso Filho, F. A. e Nogueira, J. M. (2006)	Discutiu os sistemas regionais de inovação atuantes no país e a identificação de iniciativas relevantes à promoção tecnológica regional ou local, especialmente de projetos inovadores implementados em articulação com os setores produtivos envolvidos.

Tabela 21. Contribuição da Revista de Administração Eletrônica (Impressa)

ARTIGO	AUTOR	CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA
Cenários prospectivo e a dinâmica de sistemas: proposta de um modelo para o setor calçadista.	Blois, H.D. Souza, J. C. (2008)	Disponibilizou alternativas que possibilitem análise, descrição e simulação de tendências de mercado para um período de cinco anos. Para a construção dos cenários, adotou – se o método descritivo por Grumbach.

Tabela 22. Contribuição da Revista Economia Aplicada

ARTIGO	AUTOR	CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA
Sistema agroindustrial da cana: cenários e agenda estratégica.	Neves, M. F. Conejero, M. A. (2007)	Realizou uma análise macro ambiental para o sistema agroindustrial (SAG) da cana de açúcar; e vislumbrou, em cinco grandes áreas analíticas, seus pontos fortes e fracos, visando propor uma agenda estratégica para o setor para colaborar com discussões que vem sendo realizadas.
Delimitação e encadeamentos de sistemas agroindustriais: o caso do complexo lácteo do Rio Grande do Sul.	Montoya, M. A. Finamore, E. B. (2005)	Identificou e delimitou agrupamentos produtivos que configuram o complexo fácteo gaúcho.

Tabela 23. Contribuição da Revista Eletrônica de Administração – REAd

ARTIGO	AUTOR	CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA
Aglomeración industrial e seu efeito na taxa de crescimento das empresas brasileiras.	Porto, E. C. Brito, L. A. L. (2010)	Contribuiu para este esforço de comprovação empírica do efeito da aglomeração no desempenho das empresas enfrentando vários destes desafios.
Competitividade na indústria do vestuário: uma avaliação a partir da perspectiva das redes de empresas aglomeradas territorialmente.	Hoffman, V. E. Morales, F. X. M. Fernandez M.T. M. (2008)	Avaliou a competitividade a partir da disponibilidade de recursos por parte de redes de empresas aglomeradas territorialmente.
Cooperação entre pequenas empresas, garantia mutualista e desenvolvimento regional: reflexões sobre sistemas de garantia de crédito.	Filho, N. C. Neto, J. A. (2007)	Buscou inicialmente, resgatar as principais tendências em termos das diferentes formas de cooperação e de ações conjuntas entre pequenas e médias empresas, que visam, em última instância das chamadas eficiências coletivas.
Coordenação dos sistemas produtivos do agronegócio: alternativas aos pequenos e médios produtores.	Furlanetto, E.L. (2003)	Analisou as diferentes estratégias desenvolvidas pelos agentes do agronegócio, dando maior destaque a organização de pequenos e medias empresas.

Tabela 24. Contribuição da Revista Economia e Sociedade

ARTIGO	AUTOR	CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA
Inovação, cooperação e aprendizado no setor de software no Brasil: análise exploratória baseada no conceito de arranjos produtivos locais (apls).	Britto, J. Stallivieri, F. (2010)	Discutiu o processo de construção de competências na produção de software no Brasil, à distribuição espacial dessas atividades, utilizando para isso um referencial, análise exploratória baseada no conceito de arranjos produtivos locais (APLs), os quais estariam associados á aglomeração espacial de agentes econômicos, políticos e sociais envolvidos com um conjunto específico de atividades produtivas na qual se estruturam vínculos e relações de interdependência.

Tabela 25. Contribuição da Revista Perspectivas em Ciências da Informação

ARTIGO	AUTOR	CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA
Novos enfoques no campo da Ciência da Informação: uma discussão sobre a aplicabilidade do conceito de regime de infomação em arranjos produtivos locais.	Carvalho, A. M. A. (2009)	Discutiu a aplicabilidade do conceito de regime de informação focalizado em arranjos produtivos locais como forma de contribuição para a discussão de práticas de ações informacionais.

ANEXO A – LISTA QUALIS DA ÁREA DA ADMINISTRAÇÃO

ISSN	Títulos da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo	Estrato
0102-311X	Cadernos de Saúde Pública (ENSP. Impresso)	A1
0034-8910	Revista de Saúde Pública (USP. Impresso)	A1
1020-4989	Revista Panamericana de Saúde Pública (Impresa) / Pan American Journal of Public Health (Impresa)	A1
1678-4561	Ciência & Saúde Coletiva (Online)	A2
0100-1965	Ciência da Informação (Impresso)	A2
1413-8123	Ciência e Saúde Coletiva (Impresso)	A2
0011-5258	Dados (Rio de Janeiro. Impresso)	A2
1413-8050	Economia Aplicada (Impresso)	A2
1413-4152	Engenharia Sanitária e Ambiental	A2
	Ensaio Avaliação e Políticas Públicas em Educação	A2
0103-4014	Estudos Avançados (USP. Impresso)	A2
0104-530X	Gestão & Produção (UFSCAR. Impresso)	A2
0104-7183	Horizontes Antropológicos (UFRGS. Impresso)	A2
0101-7438	Pesquisa Operacional (Impresso)	A2
0103-6513	Produção (São Paulo. Impresso)	A2
1807-0310	Psicologia & Sociedade	A2
0102-7182	Psicologia e Sociedade (Impresso)	A2
1413-7372	Psicologia em Estudo (Impresso)	A2
0102-7972	Psicologia: Reflexão e Crítica (UFRGS. Impresso)	A2
0102-6909	Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso)	A2
0034-7140	Revista Brasileira de Economia (Impresso)	A2
0034-7612	Revista de Administração Pública (Impresso)	A2
0103-2003	Revista de Economia e Sociologia Rural (Impresso)	A2
0101-3157	Revista de Economia Política (Impresso)	A2
0103-2100	Acta Paulista de Enfermagem (UNIFESP. Impresso)	B1
1414-4077	Avaliação (UNICAMP)	B1
1679-3951	Cadernos EBAPE.BR (FGV)	B1
1413-7054	Ciência e Agrotecnologia (UFLA)	B1
0872-9662	Comportamento Organizacional e Gestão	B1
0102-8529	Contexto Internacional (PUCRJ. Impresso)	B1
0104-0618	Economia e Sociedade (UNICAMP. Impresso)	B1
0873-7444	Economia Global e Gestão	B1
1517-9702	Educação e Pesquisa (USP. Impresso)	B1
0102-4698	Educação em Revista (UFMG. Impresso)	B1
0104-4060	Educar em Revista (Impresso)	B1
0104-4036	Ensaio (Fundação Cesgranrio. Impresso)	B1
0101-1723	Ensaio FEE (Impresso)	B1
0101-4161	Estudos Econômicos (USP. Impresso)	B1
1518-7012	Interações (UCDB)	B1
1679-0073	Natureza & Conservação	B1
0103-6351	Nova Economia (UFMG. Impresso)	B1
1413-9936	Perspectivas em Ciência da Informação (Impresso)	B1
0103-7307	Pró-Posições (UNICAMP. Impresso)	B1
1413-8271	Psico-USF (Impresso)	B1

1138-0853	Psicología Política	B1
1981-5700	RAC Eletrônica	B1
1415-6555	RAC. Revista de Administração Contemporânea (Impresso)	B1
0034-7590	RAE (Impresso)	B1
1676-5648	RAE Eletrônica (Online)	B1
1518-6776	RAM. Revista de Administração Mackenzie (Impresso)	B1
1679-0731	Revista Brasileira de Finanças	B1
1519-7077	Revista Contabilidade & Finanças (Impresso)	B1
1808-057X	Revista Contabilidade & Finanças (Online)	B1
0080-6234	Revista da Escola de Enfermagem da USP (Impresso)	B1
1415-9848	Revista de Economia Contemporânea (Impresso)	B1
1415-5273	Revista de Nutrição (Impresso)	B1
0102-6933	Revista Gaúcha de Enfermagem (UFRGS. Impresso)	B1
1518-8345	Revista Latino-Americana de Enfermagem (Online)	B1
1645-4464	Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão (Lisboa)	B1
1519-549X	Revista Psicologia Política (Impresso)	B1
0104-1290	Saúde e Sociedade (USP. Impresso)	B1
0104-0707	Texto & Contexto Enfermagem (UFSC. Impresso)	B1
1678-8621	Ambiente Construído (Online)	B2
1415-8876	Ambiente Construído (São Paulo. Impresso)	B2
1807-054X	Base (UNISINOS)	B2
1807-734X	BBR. Brazilian Business Review (Edição em português. Online)	B2
0103-412X	Cadernos de Administração Rural (ESAL) (Cessou em 1998. Cont. ISSN 1517-3879 Organizações Rurais e Agroindustriais (UFLA)	B2
1517-2422	Cadernos Metrôpole (PUCSP)	B2
1676-6288	Cadernos PROLAM/USP	B2
0102-6925	Comunicação & Política	B2
1806-4981	Comunicação, Mídia e Consumo (São Paulo. Impresso)	B2
1679-4508	Einstein (São Paulo)	B2
1415-000X	Estudos de Sociologia (Recife)	B2
1414-0144	Estudos de Sociologia (São Paulo)	B2
0103-2186	Estudos Historicos (Rio de Janeiro)	B2
0100-7912	Geografia (Rio Claro. Impresso)	B2
0104-0146	Informação & Sociedade (UFPB. Impresso)	B2
1809-5844	Intercom (São Paulo. Impresso)	B2
1980-3508	Intercom (São Paulo. Online)	B2
0104-754X	Movimento (UFRGS. Impresso)	B2
1413-585X	Organizações & Sociedade (Impresso)	B2
1517-3879	Organizações Rurais e Agroindustriais (UFLA)	B2
0102-5473	Perspectiva (UFSC)	B2
0100-0551	Pesquisa e Planejamento Econômico (Rio de Janeiro)	B2
0103-5371	Psico (PUCRS. Impresso)	B2
1414-9893	Psicologia: Ciência e Profissão (Impresso)	B2
1983-7488	RAUSP-e (São Paulo)	B2
1679-7930	RBCEH. Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano	B2
1413-2311	REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre. Online)	B2
0101-0964	Revista ANPEC	B2
0034-7183	Revista Brasileira de Estudos Pedagogicos	B2

1679-3390	Revista Brasileira de Orientação Profissional	B2
0103-0752	Revista Brasileira de Probabilidade e Estatística	B2
1414-8889	Revista da ABOP (Cessou em 1999. Cont. ISSN 1679-3390 Revista Brasileira de Orientação Profissional (Impresso))	B2
0080-2107	Revista de Administração (FEA-USP)	B2
0101-7012	Revista de Econometria	B2
1809-2640	Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação (Impresso)	B2
1807-1775	Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação (Online)	B2
1980-6906	Revista de Psicologia : Teoria e Prática (Online)	B2
0102-4582	Revista do Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo	B2
1518-1944	Revista Eletrônica de Enfermagem	B2
0104-7043	Revista FAEEBA	B2
1518-6768	Revista Interface	B2
1518-6148	Revista Mal-Estar e Subjetividade (Impresso)	B2
1984-4867	Revista Turismo em Análise	B2
0102-8839	São Paulo em Perspectiva (Impresso)	B2
0103-1104	Saúde em Debate	B2
1415-6946	Ser Social (UnB)	B2
0101-6628	Serviço Social & Sociedade	B2
1679-4842	Serviço Social em Revista (Online)	B2
0103-5541	Turismo em Análise (Cessou em 2007. Cont. ISSN 1984-4867 Revista Turismo em Análise)	B2

ANEXO B – LISTA QUALIS DA ÁREA DE ECONOMIA

ISSN	Títulos da área de Economia	Estrato
0103-2275	Revista de Estudos Economicos (USP)	A2
0102-311X	Cadernos de Saúde Pública (ENSP. Impresso)	B2
1413-7054	Ciência e Agrotecnologia (UFLA)	B2
1517-7580	Economia (Brasília)	B2
1413-8050	Economia Aplicada (Impresso)	B2
0104-0618	Economia e Sociedade (UNICAMP. Impresso)	B2
0101-4161	Estudos Econômicos (USP. Impresso)	B2
1413-0580	Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)	B2
0103-6351	Nova Economia (UFMG. Impresso)	B2
0101-3300	Novos Estudos CEBRAP (Impresso)	B2
0100-0551	Pesquisa e Planejamento Econômico (Rio de Janeiro)	B2
0101-7438	Pesquisa Operacional (Impresso)	B2
1677-4140	Política & Sociedade	B2
0103-6513	Produção (São Paulo. Impresso)	B2
0101-0964	Revista ANPEC	B2
0034-7140	Revista Brasileira de Economia (Impresso)	B2
0102-3098	Revista Brasileira de Estudos de População (Impresso)	B2
1516-3598	Revista Brasileira de Zootecnia	B2
0080-2107	Revista de Administração (FEA-USP)	B2
0034-7612	Revista de Administração Pública (Impresso)	B2
0101-7012	Revista de Econometria	B2
0103-2003	Revista de Economia e Sociologia Rural (Impresso)	B2
0101-3157	Revista de Economia Política (Impresso)	B2
0872-2587	Revista Internacional de Língua Portuguesa	B2

ANEXO C – LISTA QUALIS DA ÁREA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

ISSN	Título da áreas de Ciências Sociais Aplicadas I	Estrato
0011-5258	Dados (Rio de Janeiro. Impresso)	A1
0100-1965	Ciência da Informação (Impresso)	A2
1518-8353	Ciência da Informação (Online)	A2
0101-7330	Educação & Sociedade (Impresso)	A2
1413-9936	Perspectivas em Ciência da Informação (Impresso)	A2
0101-3262	Cadernos CEDES (Impresso)	B1
0102-311X	Cadernos de Saúde Pública (ENSP. Impresso)	B1
1806-4981	Comunicação, Mídia e Consumo (São Paulo. Impresso)	B1
1414-7483	Contracampo (UFF)	B1
1519-311X	Galáxia (PUCSP)	B1
1982-2553	Galáxia (São Paulo. Online)	B1
0104-0146	Informação & Sociedade (UFPB. Impresso)	B1
1809-4783	Informação & Sociedade (UFPB. Online)	B1
1809-5844	Intercom (São Paulo. Impresso)	B1
1980-3508	Intercom (São Paulo. Online)	B1
1414-3283	Interface (Botucatu. Impresso)	B1
1982-2073	Matrizes (USP. Impresso)	B1
0103-7188	Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência (Cessou em 2007. Cont. ISSN 1983-4713 Revista Brasileira de História da Ciência)	B1
1678-9873	Revista de Sociologia e Política (Online)	B1
0104-4478	Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso)	B1
0104-026X	Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso)	B1
1415-0549	Revista FAMECOS (Impresso)	B1
1980-3729	Revista FAMECOS (Online)	B1
1516-4039	Scripta (PUCMG)	B1
1516-4330	Significação: Revista de Cultura Audiovisual	B1
1518-8728	Alceu (PUCRJ)	B2
1517-106X	Alea: Estudos Neolatinos (Impresso)	B2
1676-6288	Cadernos PROLAM/USP	B2
1413-8123	Ciência e Saúde Coletiva (Impresso)	B2
0101-2657	Comunicação & Sociedade	B2
0104-6829	Comunicacao e Educacao (USP)	B2
1806-0269	Contemporanea (Salvador. Impresso)	B2
0104-9321	Crítica Marxista (São Paulo)	B2
1517-3801	Datagramazero (Rio de Janeiro)	B2
0104-6160	Eco (UFRJ)	B2
0100-3143	Educação e Realidade	B2
0104-4060	Educar em Revista (Impresso)	B2
1807-8893	Em Questão (UFRGS. Impresso)	B2
1518-2924	Encontros Bibli	B2
0103-4014	Estudos Avançados (USP. Impresso)	B2
1413-1587	Estudos de História	B2
0103-801X	Estudos de Religiao (IMS)	B2
1413-9073	Gragoatá (UFF)	B2
0104-5970	História, Ciências, Saúde-Manguinhos (Impresso)	B2

0104-7183	Horizontes Antropológicos (UFRGS. Impresso)	B2
1807-8583	In Texto (UFRGS. Online)	B2
0102-6453	INTERCOM (São Paulo)	B2
0101-3335	Letras de Hoje	B2
0102-6445	Lua Nova (Impresso)	B2
1414-7165	Matraga (Rio de Janeiro)	B2
0101-3300	Novos Estudos CEBRAP (Impresso)	B2
1807-1236	Organicom (USP)	B2
0102-4442	Projeto História (PUCSP)	B2
1678-9563	Psicologia em Revista (Online)	B2
0101-3289	Revista Brasileira de Ciências do Esporte	B2
0102-0188	Revista Brasileira de História (Impresso)	B2
1676-0786	Revista Brasileira de Linguística Aplicada (Impresso)	B2
1414-7564	Revista da ANPOLL (Impresso)	B2
0104-4230	Revista da Associação Médica Brasileira (1992. Impresso)	B2
0870-7081	Revista de Comunicação e Linguagens	B2
0102-2571	Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	B2
1518-6113	Revista Fronteira (Cessou em 2008. Cont. ISSN 1984-8226 Revista Fronteiras (Online))	B2
0120-0976	Revista Interamericana de Bibliotecologia	B2
1414-4980	Revista Katálisis (Impresso)	B2
1415-3130	Semear (PUCRJ)	B2
1413-7704	Tempo. Revista do Departamento de História da UFF	B2
0103-3786	Transinformação	B2